

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

SÔNIA APARECIDA NUNES

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E EXCLUSÃO SÓCIO-ESPACIAL
EM CAMPO MOURÃO

MARINGÁ
2006

SÔNIA APARECIDA NUNES

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E EXCLUSÃO SÓCIO-ESPACIAL
EM CAMPO MOURÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado) área de concentração: Análise Regional e Ambiental, do Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas, letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Dra. Celene Tonella

MARINGÁ
2006

SÔNIA APARECIDA NUNES

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E EXCLUSÃO SÓCIO-ESPACIAL
EM CAMPO MOURÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado) área de concentração: Análise Regional e Ambiental, do Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas, letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em

BANCA EXAMINADORA

Dedico este trabalho para meu pai, Albertino Silva, que ao longo de sua vida tem me transmitido com suas ações que todo sonho é possível.

À minha mãe, Maria Aparecida da Silva, por ter me encorajado a prosseguir e vencer todos os percalços que surgirem no caminho.

Para minha filha, Ingrid Nataly Nunes, que sonha que este é o primeiro passo, para a concretização de nossos sonhos.

Para meu filho, Samuel Nunes, por ter me assegurado sempre que todo esforço vale a pena.

Para meu filho, Lineker Alan Gabriel Nunes, por entender que muitas das minhas ausências, proporcionará à toda família uma vida melhor.

Para meu esposo, José Nunes, por todos os esforços que tem empreendido para a concretização de um dos nossos muitos sonhos.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora professora Doutora Celene Tonella, pela competente orientação na árdua caminhada que é a confecção de uma dissertação de mestrado e por ter me ensinado que um trabalho científico exige disciplina.

Aos professores do programa de mestrado da Universidade Estadual de Maringá, professores Doutores: César Miranda Mendes, Elpídio Serra, Márcio Mendes Rocha, Celene Tonella e Eliseu Spósito, por terem proporcionado, com suas disciplinas que se tivesse a nítida impressão que o conhecimento de um novo mundo seria possível e que os velhos pensamentos fossem desmistificados.

Aos professores do departamento de geografia da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão.

Ao amigo Fábio Rodrigues da Costa, por ter me prestado seu apoio incondicional desde o primeiro momento deste trabalho e me assegurado que o melhor está por vir.

Ao professor Mestre, Edson Yokoo, pelas contribuições que tem prestado para este trabalho.

A professora Doutora Zueleide Casagrande de Paula, que desde o início da graduação em geografia, tem enfatizado a importância da pesquisa científica.

A banca de qualificação, composta pelos professores doutores: Márcio Mendes Rocha e Marivânia Conceição de Araújo, pelas contribuições apresentadas. E a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

Porque os capitais necessitam de trabalho vivo em seu processo de valorização do capital. O trabalho é uma potência constituinte, sem o trabalho vivo não há criação do valor. Se o capitalismo pudesse, ele já teria eliminado o trabalho vivo.

A classe trabalhadora atrapalha os capitais, ela faz greve, ela se rebela, ela faz oposição. Enfim, ela tem as múltiplas formas de ação das quais se utiliza para dizer não a violência do trabalho assalariado.

O capital não pode eliminar o trabalho vivo, mas ele pode tornar supérflua uma parte enorme da nossa classe trabalhadora (Ricardo Antunes).

RESUMO

A pesquisa desenvolvida teve por objetivo estudar a distribuição espacial dos trabalhadores das empresas associadas à Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão. Buscou-se relacionar com o grau de escolaridade, renda e de idade dos trabalhadores. Trabalhamos com a hipótese de que a presença dos trabalhadores na cena urbana de Campo Mourão é pontuada por indicadores de pobreza e de exclusão social. As informações reunidas estavam contidas em fichas do Projeto Campo Mourão Estuda, desenvolvido pela Fundação Educere de Pesquisa e Desenvolvimento de Campo Mourão e permitiram determinar a presença de trabalhadores no espaço urbano de Campo Mourão, levando à definição do local de moradia, bem como explorar a relação entre renda, escolaridade, idade e condições de vida desses trabalhadores. A partir desses dados, constatou-se a formação de um espiral de pobreza, que envolve os trabalhadores e é composta por moradias em bairros distantes, e sem equipamentos sociais, baixa escolaridade e baixos salários. Parte-se da hipótese de que o aumento da escolaridade por si só não resulta em melhores salários. A partir destas reflexões nos propusemos a analisar as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora de Campo Mourão.

Palavras-chave: Baixos salários. Exclusão social. Grau de escolaridade. Renda.

ABSTRACT

The developed research had for objective to study the space distribution of the workers of the companies associates to the Trade and Industry Association of “Campo Mourão”. It searched point was to match the years of study, income and age of the workers. We work with the hypothesis that the presence of the workers in the urban area of “Campo Mourão” is made by pointers of poverty and social exclusion. The congregated information were from index cards of the Project “Campo Mourão Estuda”, developed by the foundation Educere of Research and development of “Campo Mourão”. And this information allowed to determine the presence of workers in the urban space of “Campo Mourão”, doing possible the definition of the housing place, as well as exploring the relation between income, years of study, age and conditions of life of these workers. From these data, it was evidenced formation of a spiral of poverty, that involves the workers that have housings in distant quarters, and without social equipment, few years of study and lower wages. By the hypothesis that the increase of the years of study by itself does not result in better wages. From these reflections we purpose to analyze the conditions of life and work of the worker class of Campo Mourão.

Key words: Low wages. Social exclusion. Years of study. Income.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Taxas Regionais de Urbanização	21
TABELA 2	Crescimento da população nas regiões brasileiras em 1950 e 1980	22
TABELA 3	Crescimento da população nas regiões brasileiras no ano 2000	23
TABELA 4	Aglomerações com mais de 20.000 mil habitantes	24
TABELA 5	Cidades com mais de 20.000 mil habitantes por região brasileira	24
TABELA 6	Taxas geométricas de crescimento anual da população favelada, município de São Paulo, 1973-1993	28
TABELA 7	Crescimento da população favelada, município de São Paulo, 1950- 1993	28
TABELA 8	Brasil: número de favelas por estados	32
TABELA 9	Proporção de indigentes por estado brasileiro 1996-1999	38
TABELA 10	Distribuição espacial da renda em Campo Mourão	68
TABELA 11	Taxa de desocupação em (%)	80
TABELA 12	Taxa de desocupação por Região Metropolitana	81
TABELA 13	População economicamente ativa	83
TABELA 14	Distribuição da população economicamente ativa	84
TABELA 15	Relação dos principais agrupamentos de atividades	85
TABELA 16	Composição das empresas e números de funcionários de Campo Mourão	91
TABELA 17	Comparação de trabalho com os anos de estudo em Campo Mourão	105

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 1	Localização de Campo Mourão	17
GRÁFICO 1	Distribuição da população urbana e rural de Campo Mourão	48
GRÁFICO 2	Rendimento médio mensal segundo o IBGE	67
GRÁFICO 3	Comparação dos anos de estudo com o número de pessoas em Campo Mourão segundo o IBGE	99
GRÁFICO 4	Comparação dos anos de estudo com o número (percentagem) de Pessoas em Campo Mourão	100
GRÁFICO 5	Comparação do percentual de pessoas com o salário em Campo Mourão segundo IBGE	102
GRÁFICO 6	Relação do número de pessoas com os salários recebidos em Campo Mourão	104
GRÁFICO 7	Média/Classe de idade dos trabalhadores pesquisados em Campo Mourão	108

LISTA DE SIGLAS

ACICAM	Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
CDL	Clube dos Diretores Lojistas de Campo Mourão
CEEBJACAM	Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos de Campo Mourão
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CINTERFOR	Centro Interamericano de Pesquisa e Documentação sobre Formação Profissional
COAMO	Cooperativa Agropecuária Mourãoense
COHAB/SC	Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPTU	Imposto Territorial e Predial Urbano
IPUL	Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
MTB	Ministério do Trabalho
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OREALC	Oficina Regional de Educación para América Latina y Caribe
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
USAID	United States Aid Internacional Development
PLANFOR	Plano Nacional de Formação Profissional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	CARACTERIZAÇÃO REGIONAL DA ÁREA DE ESTUDO	16
3	O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO BRASILEIRO: POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL	20
3.1	A URBANIZAÇÃO DE CAMPO MOURÃO	44
3.2	O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL	49
3.3	CAMPO MOURÃO E A CIDADE ILEGAL	58
4	DA GÊNESE À PRECARIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO	69
4.1	MERCADO DE TRABALHO: EDUCAÇÃO E RENDA EM CAMPO MOURÃO	91
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
	REFERÊNCIAS	117

1 INTRODUÇÃO

A idéia para o presente trabalho nasceu em abril de 2003, quando a Fundação Educere de Pesquisa e Desenvolvimento montou um projeto com a Associação Comercial e o Sindicato Patronal de Campo Mourão.

O projeto visava levantar fundos para contratar indivíduos para visitar as 550 empresas associadas a Acicam (Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão), e levantar dados de renda, grau de escolaridade, nome, endereço, salário, idade, se estudava ou não e se gostaria de voltar a estudar. O argumento usual para convencer os trabalhadores a voltar a estudar era que um grau maior de escolaridade faria com que seu salário subisse, mas na ótica da Associação Comercial, um funcionário educado, traria maiores lucros para a empresa.

Com as visitas, foram feitas 2812 entrevistas, onde foi constatado que: 0,18% dos trabalhadores eram analfabetos; 16,5% possuíam o ensino fundamental incompleto; 7,65% terminaram o ensino fundamental; 12,73% possuíam o ensino médio incompleto; 37,23% terminaram o ensino médio; 12,16% possuíam o ensino superior incompleto; 8,29% terminaram o ensino superior; 3,70% possuíam algum tipo de especialização; 0,12% possuíam diploma de Mestre; 0,075% possuíam diploma de Doutor e 1,28% não responderam.

Com os números revelados, os quatro professores contratados para coordenarem o projeto, voltaram às empresas tentando convencer os trabalhadores pesquisados a voltarem a estudar. Os que aceitaram a proposta se matricularam em projetos de alfabetização, ensino fundamental e médio, reforço escolar e cursinho pré-vestibular levando em conta o grau de escolaridade de cada um.

Os professores do Ceebjacam foram disponibilizados para trabalharem aos sábados. Foram formadas turmas de ensino fundamental e médio com projetos de Geografia, História, Português e Matemática. A turma de alfabetização estudava de segunda a quinta feira. Os coordenadores do projeto davam reforço das matérias estudadas nos projetos citados.

As 550 empresas foram divididas entre os quatro coordenadores, sendo que três deles se responsabilizaram por 140 empresas e um por 130 empresas. O coordenador que ficasse com determinada empresa, ficaria responsável pelos seus funcionários incentivando-os a se matricularem nos projetos em andamento, e se já estivessem estudando seriam acompanhados para verificação de rendimento escolar.

A pesquisa teve como objetivos:

Estudar a distribuição espacial dos trabalhadores das empresas associadas à Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão.

Relacionar com o grau de escolaridade, renda e de idade dos trabalhadores. Trabalhamos com a hipótese de que a presença dos trabalhadores na cena urbana de Campo Mourão é pontuada por indicadores de pobreza e de exclusão social.

Para a realização deste trabalho, foram selecionados 982 questionários num universo de mais de 2800 questionários. Essas entrevistas foram realizadas em 550 empresas de Campo Mourão entre os meses de maio e julho de 2003. A metodologia utilizada foi a de amostragem aleatória.

Para se chegar ao montante de 982 respostas, foram descartados dois questionários e selecionado um. Chegando, portanto, a uma amostragem de 30% do universo da pesquisa CME.

As informações contidas nas fichas do Projeto Campo Mourão Estuda, nos permitem determinar a presença de trabalhadores no espaço urbano de Campo Mourão, levando à definição do local de moradia, bem como explorar a relação entre renda, escolaridade, idade e condições de vida desses trabalhadores.

A partir desses dados, constata-se a formação de um espiral de pobreza, que envolve os trabalhadores e é composta por moradias em bairros distantes, e sem equipamentos sociais, baixa escolaridade e baixos salários. Parte-se, da hipótese de que o aumento da escolaridade por si só não resulta em melhores salários. A partir destas reflexões nos propusemos a analisar as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora de Campo Mourão.

Na primeira parte do trabalho, será discutido o processo de urbanização brasileira, a pobreza e a exclusão social.

A segunda parte do trabalho trata do processo de segregação residencial, discutindo o seu conceito, segundo autores como: Souza, Corrêa e Villaça.

A terceira parte do trabalho aborda o mercado de trabalho analisando o caso brasileiro com suas especificidades, levando-se em conta os dados de renda, escolaridade e idade dos trabalhadores das empresas associadas à Acicam (Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão), discutindo a teoria do capital humano, desenvolvida por Schultz e

trabalhada por Frigotto (1989) para explicar as diferenças de desenvolvimento econômico-social entre as nações e as diferenças e desigualdades entre grupos sociais, ou entre os indivíduos.

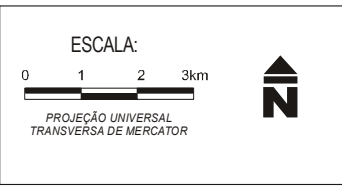
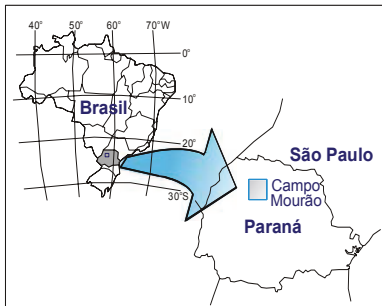
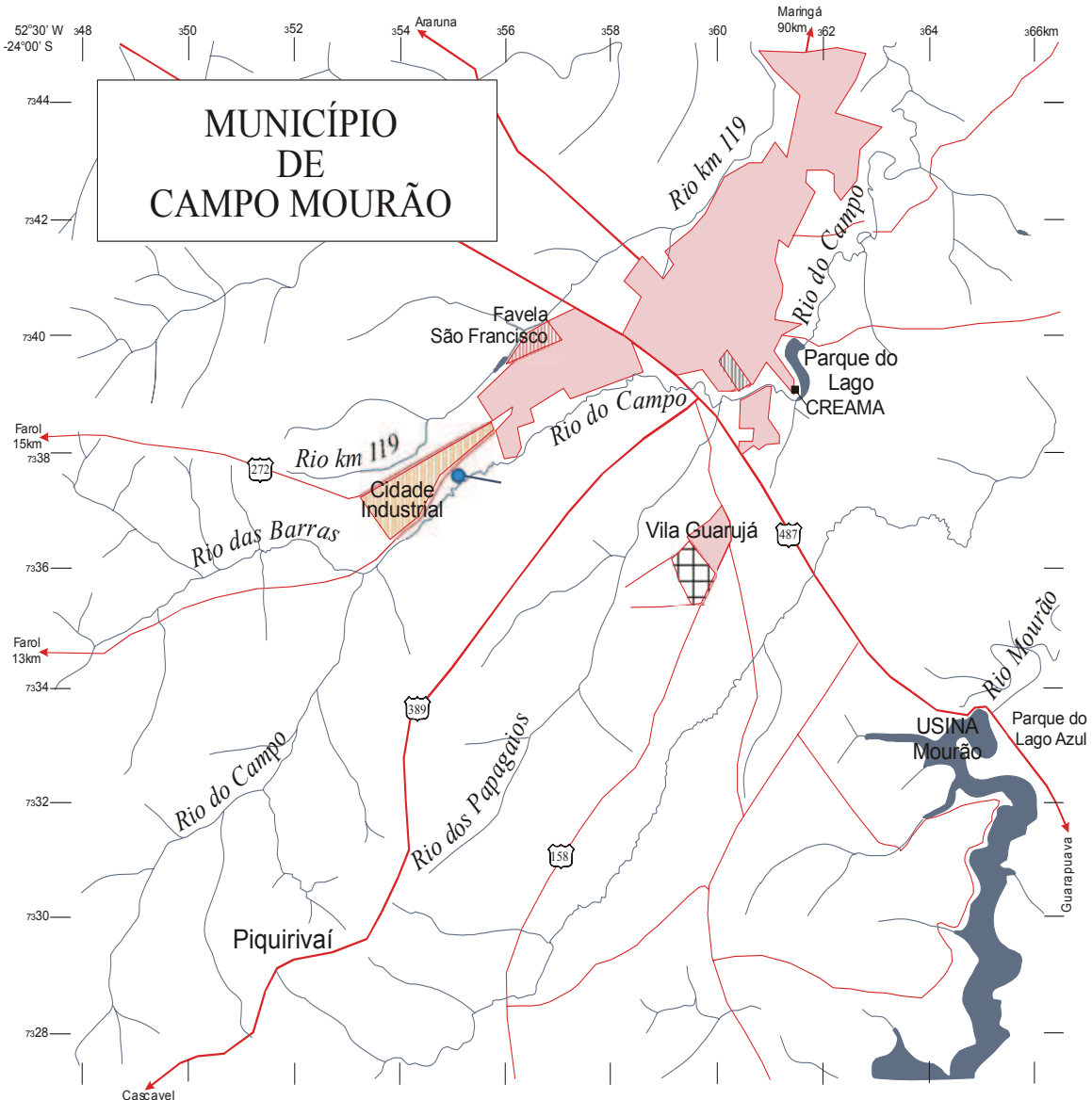
Para Schultz, segundo Frigotto, o investimento em capital humano é a chave de ouro para resolver o enigma do subdesenvolvimento, das desigualdades internacionais, regionais e individuais. O trabalho discute até que ponto essa teoria é de fato verdadeira para a solução das desigualdades decorrentes da crise do mercado de trabalho.

2 CARACTERIZAÇÃO REGIONAL DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Campo Mourão localiza-se na Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense. Esta Mesorregião está subdividida em duas Microrregiões Geográficas; a Microrregião de Goioerê e a Microrregião de Campo Mourão. A localização geográfica de Campo Mourão possui as seguintes coordenadas: 24° 02' 38" latitude sul e 52° 22' 40" longitude oeste (Figura 1). Faz divisa ao sul com o município de Luiziania, ao norte com Peabiru, a leste com Corumbataí do Sul, a oeste com Mamborê e Farol e a noroeste com Araruna. Sua área total, segundo IBGE (2000), é de 766,44 km.

Campo Mourão, segundo Maack (1981), encontra-se no Terceiro Planalto Paranaense. Os vales dos rios Tibagi, Ivaí, Piquiri e Iguaçu dividem o Terceiro Planalto Paranaense em cinco regiões geográficas naturais: Planalto de São Jerônimo da Serra que se estende entre os rios Tibagi e Itararé; Planalto de Apucarana que declina da Serra do Cadeado e Serra Bufadeira; Planalto de Campo Mourão que mede 1150 m no cume da escarpa da Serra da Esperança e chega a 225 m às margens do rio Paraná, após percurso de 265 km; Planalto de Guarapuava, situado entre os rios Piquiri e Iguaçu e Planalto de Palmas e Clevelândia localizado na parte sul do rio Iguaçu.

A geomorfologia na região é marcada pela presença de colinas suaves. As declividades mais abruptas são notadas no vale do rio Mourão, devido ao entalhamento da drenagem sobre o basalto.



CONVENÇÕES	
	Perímetro Urbano
	Estradas Principais
	Estradas Secundárias
	"Lixão" em processo de recuperação
	Transportadora Lavagem de Motores e Veículos
	Favela
	Cidade Industrial
	Captação de Água

Fonte- Elaborado por CARDOSO e KUERTEN (2002), com base em carta do DSG - Diretoria do Serviço Geográfico, 1990
Escala de Detalhamento 1:50.000
(SG22-V-B-I-1, MIR-2803/1).

MAPA 1 – Localização de Campo Mourão.
Fonte: Cardoso, 2004.

Na classificação climática genérica de Köppen, Campo Mourão pode ser classificado como Cfa-Clima úmido com chuvas bem distribuídas em todas as estações do ano e verões quentes. A média de precipitação em Campo Mourão é de 1700 mm. aproximadamente (MASSOQUIM; ANDRADE, 2002).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a temperatura média anual em Campo Mourão situa-se entre 20 e 22°C, sendo a máxima absoluta do ano entre 36° e 38°C. A temperatura mínima absoluta varia entre -4° e -8°C.

Os solos encontrados no município de Campo Mourão são originados da decomposição de dois tipos de rochas: rochas magmáticas (basalto) e rochas sedimentares (arenito). De acordo com Souza (2003), nos locais de ocorrência de basalto são identificados Latossolo Vermelho, Nitossolo Vermelho e Neossolo Litólico. Nas áreas de ocorrência do arenito são identificados Latossolo Vermelho e Argissolo Vermelho.

Nas áreas de ocorrência de rochas básicas, onde o relevo apresenta-se suavemente ondulado, predomina o Latossolo Vermelho, textura argilosa, encontrado nos topos e altas vertentes, em direção à jusante, nas médias e baixas vertentes; são encontrados os Nitossolos Vermelhos e nas áreas de ocorrência do Arenito Caiuá, observa-se a presença do Latossolo Vermelho, textura arenosa/média nos topos e altas vertentes, nas médias e baixas vertentes aparecem o Argissolo Vermelho (NAKASHIMA; NÓBREGA, 2003).

Na região de Campo Mourão destaca-se o rio do Campo, principal fonte de abastecimento de água para o município, e o rio Mourão, afluente direto do rio Ivaí que pertence à bacia do rio Paraná.

O município de Campo Mourão conta com uma população total de 80.476 habitantes, deste número, 38.869 (48,30% da população total), são homens, e 41.607 habitantes (51,70% da população total) são mulheres. Residem na área urbana 74.754 habitantes (92,89% da população total) e na área rural 5.722 habitantes (7,11% da população total), existem 23.749 domicílios na área urbana e 2095 na área rural (IBGE, 2000).

3 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO BRASILEIRO: POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

No nosso cotidiano somos invadidos por notícias sobre a cidade, que por vezes nos deixam perplexos, o tão almejado sonho de residir na cidade, tem em muitos casos se transformado em pesadelo do qual muitos não conseguem acordar. No que tange ao processo de urbanização ocorrido nas cidades, tais processos trouxeram problemas muitas vezes insolúveis. Estes problemas tiveram suas origens agravadas na revolução industrial, onde problemas ambientais começaram a surgir com maior intensidade a partir dessa época.

De acordo com Spósito (2001), o crescimento das cidades tornou o Centro, a área antes compreendida por todo o núcleo urbano, formando-se ao seu redor uma faixa nova considerada a periferia. Como resultado desse processo, cidades abrigam em seu interior enormes discrepâncias no tocante ao acesso a bens e serviços, muitas vezes imprescindíveis ao ser humano. Estes equipamentos podem vir na forma de acesso à moradia, à saúde, educação e segurança, que muitas vezes são negados para determinados indivíduos e segmentos dependendo do lugar de inserção no espaço urbano.

Segundo Santos (1998), entre 1940 e 1980, dá-se verdadeira inversão quanto ao lugar residencial da população brasileira. Há mais de meio século atrás (1940), a taxa de urbanização era de 26,35%, em 1980 alcança 68,86%. Nesses quarenta anos, triplica a população total do Brasil, ao passo que a população urbana se multiplica por sete vezes e meia.

A taxa geométrica anual de crescimento da população urbana nos anos 1980 foi de 2,96%, correspondendo a um acréscimo de habitantes urbanos de 30,40 milhões, enquanto a da

população rural foi de -0,64%, o que significou um decréscimo de 2,63 milhões de pessoas. No início da década de 1990, entre 1991 e 1996, a taxa de crescimento urbana, embora declinante, continua elevada: 2,11% anuais, correspondendo a um aumento em número absoluto de 12,21 milhões de residentes urbanos (TASCHNER, 2002).

A urbanização brasileira não se dá de maneira homogênea em todas as regiões. Santos (1998) esclarece que a complexa organização territorial e urbana do Brasil guarda profundas diferenças entre suas regiões. Em 1980, é a Região Sudeste a mais urbanizada, com um índice de 82,79%. A menos urbanizada é a Região Nordeste, com 50,44% de urbanos, quando a taxa de urbanização do Brasil era de 65,57%. A tabela 1 mostra as diferenças entre as regiões brasileiras nos anos 1940, 1960 e 1980.

TABELA 1 – Taxas Regionais de urbanização

	1940	1960	1980
Norte	27,75	37,80	51,69
Nordeste	23,42	34,24	50,44
Sudeste	27,73	37,58	62,41
Sul	39,42	57,36	82,79
Centro-Oeste	21,52	35,02	67,75

Fonte: Souza (1998 apud SANTOS, 1998).

A tabela acima, mostra a predominância da Região Sudeste, a partir de 1940, sobre as demais regiões, o que demonstra que desde então a região vem atraindo um grande número de indivíduos, tendência que continua ainda hoje.

Para Santos (1998), em 1940, além de as taxas regionais não serem altas, as diferenças entre as regiões são menos significativas do que nos anos seguintes. Já em 1960, o Sudeste, mais modernizado, mostra avanços importantes no processo de urbanização. Em 1980, todos os índices conhecem incrementos, enquanto o Sudeste mantém preeminência.

Em 1940, quando a população urbana representava 31,2% da população total brasileira, somente o Sudeste ultrapassava esse índice, com aproximadamente de 39% de população urbana. Nesse ano, eram o norte e o Sul que apareciam em segundo lugar, ambos com 28% de urbanos, enquanto o Nordeste e o Centro-Oeste se aproximavam, com uma taxa de urbanização de 23% e 22% respectivamente. Em 1950, o Sudeste se mantinha em sua posição dianteira 48% sendo, pois, mais urbanizado do que o País como um todo (36,2%). Apenas o Sul (33%) ultrapassava o índice brasileiro desse último ano. A Grande Região Norte vinha logo em seguida com 29% de urbanos, a frente do Nordeste (26%) e do Centro-Oeste (24%), (SANTOS, 1998).

Para o autor, a partir de 1980 a região Centro-Oeste ultrapassa em muito, o índice de urbanização regional que era de 55,9% sendo que o número de urbanos concentrados nesta região era de 68%. Considerando o volume da população urbana, o crescimento relativo entre 1960 e 1980 é maior no Centro-Oeste e no Norte que nas outras três Grandes Regiões, sendo que no Nordeste e no Sudeste esse crescimento é menor que no país considerado em conjunto (SANTOS, 1998). Os dados contidos na tabela 2 denotam o crescimento da população brasileira segundo as regiões entre os anos de 1950 a 1980.

TABELA 2 – Crescimento da população nas regiões brasileiras em 1950 e 1980

	1950	1980	1980/1950
Brasil	18.782.981	82.013.375	4,36
Norte	580.867	3.102.659	5,34
Nordeste	4.744.808	17.959.640	3,78
Sudeste	10.720.734	43.550.664	4,06
Sul	2.312.985	12.153.971	5,25
Centro-Oeste	423.497	5.246.441	12,39

Fonte: Santos, 1998.

Segundo Santos (1998) ao interpretar os quadros acima a seguinte explicação é pertinente: enquanto o território não é unificado pelos transportes e comunicações e pelo mercado, e a urbanização não se torna um fenômeno generalizado sobre o espaço nacional, a simples comparação dos seus índices entre diferentes regiões e cidades pode levar a equívocos de interpretação. Por exemplo, em 1940, a taxa de urbanização da Amazônia era sensivelmente parecida a do Sul.

Isto aconteceu, sobretudo, em razão da maior taxa de exploração da borracha, atividade extrativa e associada à subsistência. Santos (1998) mostra que a partir de 1950 os núcleos com mais de 20.000 habitantes vêm crescer sua participação no conjunto da população brasileira, passando de pouco menos de 15% do total em 1940 para quase o dobro (28,43%) em 1960 para constituir mais da metade (51%) da população em 1980.

TABELA 3 – Crescimento da população nas regiões brasileiras em 2000

	2000
Brasil	169.799.170
Norte	12.900.704
Nordeste	47.741.711
Sudeste	72.412.411
Sul	25.107.616
Centro-Oeste	11.636.728

Fonte: IBGE, 2000.

A tabela 3 nos mostra o resultado do censo 2000, quanto ao crescimento da população no Brasil e nas regiões. A região sudeste continua sendo a que apresenta maior população, mas todas as regiões sem distinção apresentaram desde 1980 até 2000, grande crescimento. As tabelas abaixo mostram as aglomerações com mais de 20.000 mil habitantes.

TABELA 4 – Aglomerações com mais de 20.000 habitantes

	População total	% sobre a população total do Brasil	% sobre a população urbana do Brasil
1940	6.144.935	14,93	47,71
1950	10.845.971	20,88	57,74
1960	19.922.252	28,43	63,64
1970	37.398.842	40,15	71,80
1980	60.745.403	51,00	75,98

Fonte: Santos, 1998.

TABELA 5 – Cidades com mais de 20.000 habitantes por região brasileira

	1940	1960	1980
Brasil	14,93	28,43	51,00
Norte	15,77	22,11	36,90
Nordeste	8,58	16,45	31,71
Sudeste	21,96	41,92	69,39
Sul	11,08	20,85	42,88
Centro-Oeste	1,85	14,12	45,57

Fonte: Santos, 1998.

Assim, chegamos ao século XXI, com cidades com grandes contingentes de indivíduos, e assumem ao longo dos anos uma grande importância. Lembrando que as cidades têm funções urbanas definidas como: portuária, industriais, religiosas, político-administrativas e turísticas, há cidades que se diferenciam de outras pelo desenvolvimento de seu setor terciário, isto é, que possuem uma rede de serviços diversificado e desenvolvido e, assim sendo exercem influência uma sobre as outras.

Para Souza (2003), seja no interior do país, seja em escala planetária, nenhuma cidade se mantém totalmente isolada, sem trocar informações e bens com o mundo exterior no que concerne ao tipo de fluxo e, sobretudo, à intensidade dos fluxos, todas as cidades se acham interligadas entre si no interior de uma rede urbana.

Dentro da rede urbana brasileira, encontramos uma hierarquia na qual as menores cidades estão subordinadas às grandes cidades, que, por sua vez, estão subordinadas às duas metrópoles globais do Brasil (São Paulo e Rio de Janeiro).

Para Tonella (2002, p. 77):

Na nova classificação da rede urbana brasileira, a hierarquia das cidades ficou assim constituída: metrópoles globais (São Paulo e Rio de Janeiro), metrópoles nacionais (Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Fortaleza etc.), metrópoles regionais (Goiânia, Campinas), centros regionais (Londrina, Florianópolis, Cuiabá, etc.). Centros sub-regionais (Maringá, Cascavel, Joinvile, Palmas, etc.). Campo Mourão, segundo o Iparde (2000), é nitidamente um centro regional de serviços polarizado por Maringá.

De acordo com Souza (2003) uma metrópole nacional possui uma área de influência que abrange todo ou quase o território nacional, ou seja, os bens e serviços nela produzidos e por ela ofertados são distribuídos nacionalmente comercializados e vendidos em todas as regiões do país, de maneira inequívoca e insofismável.

O processo de urbanização ao passo que concentrou quase a maioria absoluta de moradores na cidade, não conseguiu fazer com que a vida na cidade fosse de todo agradável para toda a população. E a cidade que outrora atraiu, agora segrega.

A urbanização traz à tona duas cidades, a legal e a ilegal. A diferença básica entre elas é que a primeira é constituída de elementos que facilitam a vida do ser humano tais como transporte público eficientes, saneamento básico, e toda infra-estrutura necessária para a sobrevivência nas cidades. A cidade ilegal vive à margem da cidade legal, esperando que o poder público cumpra sua função e a equipe.

As favelas são expressões visíveis da cidade ilegal. Implantam-se em terrenos de pouco valor, geralmente propriedade do Estado ou Município e as casas são de madeira, esteira, barro batido, variando de região a região (SANTOS, 1989).

Na interpretação de Taschner (2002, p. 275):

No Rio de Janeiro, trabalhos como os de Vaz de Abreu encontraram referências a favela no fim do século passado, nos morros da Providência em área central da cidade e nos fundos de guarnições militares e policiais. Essa ocupação foi tolerada pelas autoridades militares, que não tinham como resolver o problema de moradia de soldados retornados de Canudos e suas famílias. O próprio nome da favela origina-se de um arbusto com sementes oleaginosas que, segundo acredita era freqüente na região do sertão.

Assim, a favela é a forma de sobrevivência encontrada pelos pobres, em que: ser pobre não é apenas não ter, mas, sobretudo ser impedido de ter, o que aponta muito mais uma questão de ser do que ter (DEMO, 1993 apud MARICATO, 1996).

No Brasil, o processo de favelamento acentuou-se a partir da década de 1950. De acordo com Mazzoquim (1999), em nosso país, pode-se dizer que o favelamento acentuou-se a partir da década de 1950, acompanhando as transformações econômicas, marcadas principalmente pela industrialização. Se junta a isto, o elevado crescimento da população e a mecanização do campo, onde os grandes fluxos populacionais direcionam-se para os centros urbanos em busca de trabalho e moradia. Com isso ocorre o drama da falta de trabalho, moradia, alimentação e o empobrecimento cada vez maior de parcela da população.

A crise no campo expulsando os trabalhadores e suas famílias, somados aos fatores já citados, irá contribuir para a explosão urbana. Na cidade, a economia não tem condições suficientes para absorver toda a mão-de-obra disponível, ocorre assim um empobrecimento de grande parte da população e com isso a degradação da vida urbana.

Assim, ter onde trabalhar e morar tornou-se um drama que está sendo vivido por milhões de indivíduos. Com isso, crescem o número de favelas e de favelados, de moradores de cortiços e de loteamentos clandestinos. Esta forma de indivíduos sobreviver mostra o quão é injusto o sistema no qual estamos inseridos.

Em São Paulo, julga-se que as primeiras favelas apareceram na década de 1940. O estudo de Taschner (2002, p. 276):

O Diário de São Paulo (1-10-1950) relata uma pesquisa feita pela Divisão de Estatística e Documentação da Prefeitura de São Paulo (hoje extinta) sobre a favela do Oratório, na Mooca, Zona Leste de São Paulo, onde naquela data moravam 245 pessoas em moradias de tábuas, com apenas seis vasos sanitários para uso de todas. Também no mesmo ano encontrou-se referência à favela da rua Guaicurus, na Lapa (Zona Central), com 230 domicílios e 926 pessoas.

O Diário de São Paulo de 6-8-1950, comentando sobre a favela do Ibirapuera, com 27 domicílios e 144 pessoas, dizia, que não se tratava de um aglomerado de vadios, mas de trabalhadores pobres (TASCHNER, 2002, p. 276).

Para Castro (2000, p. 31):

As cidades brasileiras refletem hoje com maior intensidade as características que o processo de acumulação capitalista assumiu no Brasil nos últimos 50 anos, onde um acentuado crescimento econômico, baseado na intensa exploração do trabalho e em baixos salários, combinou-se com uma ampla exclusão social.

Vê-se assim, o enorme contingente de indivíduos que passam a ter a favela como única opção de moradia. Em São Paulo, o número de favelados em 1957 era de 50 mil que residiam em 8488 barracos com um total de 141 núcleos favelados.

Já em 1992 existiam em São Paulo 1805 favelas com 192.801 domicílios onde residiam 1.044.981 pessoas. O número só tendeu a crescer e em 1993 já existiam no município de São Paulo mais de 1,9 milhões de favelados. (TASCHNER, 2002) A tabela 6 apresenta os dados sobre o crescimento anual da população favelada em São Paulo.

TABELA 6 – Taxas geométricas de crescimento anual da população municipal e da população favelada, município de São Paulo, 1973-1993 (em %)

Período	População Total	População favelada
1973-1975	4,44	22,75
1975-1979	3,25	22,42
1979-1985	1,44	12,42
1985-1987	1,00	13,64
1987-1993	1,00	15,22

Fonte: Taschner, 2002.

A tabela 7 apresenta de forma esclarecedora o crescimento da população favelada, o número de favelas e domicílios no município de São Paulo.

São Paulo apresenta um número gigantesco de indivíduo que recorrem a esse tipo de habitação. Ao passo que a modernidade avança seu número não diminui, ao contrário aumenta assustadoramente.

TABELA 7 – Crescimento da população favelada, município de São Paulo, 1950-1993

Ano	Nº favelas	Nº de domicílios	Pop. favelada	Pop. Total
1950	141	8488	50.000	2.198.096
1973	542	14.650	71.840	6.590.826
1975	919	23.926	117.237	7.327.312
1980	1239	108.887	594.527	8.493.226
1987	1592	150.452	812.764	9.108.854
1992	1805	192.801	1.044.981	9.742.391
1993	1592	378.683	1.901.892	9.888.476

Fonte: Taschner, 2002.

Taschner (2002, p. 279) reitera:

[...] a relação entre favelamento e migração é verdadeira, mas o crescimento das favelas é maior e não se deve exclusivamente aos fluxos migratórios. Grande parte da sua população lá chegou por um processo de “filtração descendente” tendo antes usufruído moradia diversa na cidade. Em 1980, 28% dos chefes de família favelados procediam de casa alugada. Em 1993, registrou-se que 41% dos chefes tiveram como residência anterior casa de aluguel fora da favela, mostrando que segmentos expressivos dos pobres não consegue se manter como inquilino.

A tabela acima, mostra o crescimento da população favelada de São Paulo entre 1950 e 1993, em 1950 São Paulo contava com 141 favelas e 50.000 indivíduos que tinham a favela como opção de moradia. Em 1993, o número de favelas subiu vertiginosamente para 1592 favelas e mais de 9 milhões de favelados.

A citação acima, esclarece que a relação entre aumento das favelas e migração é verdadeira , mas não é exclusiva pois, em 1993 41% dos chefes de família procediam de casas alugadas, o que demonstra que não conseguiram se manter como inquilino. O que demonstra a falta de uma renda condizente com suas necessidades mais elementares como ter acesso a moradia decente.

Rocha (1994, p. 121) relata que:

Embora pobreza possa ser entendida de forma ampla como uma síndrome de carências diversas, ela é geralmente associada à insuficiência de renda. Para fins empíricos de mensuração e caracterização dos pobres, parte-se de um determinado valor de renda, denominado ‘linha de pobreza’, que serve como fronteira do nível de rendimento entre pobres e não pobres [...] Na verdade, a estagnação da renda per capita na década de 80 inviabilizou melhorias quanto á redução da pobreza absoluta. Simultaneamente a inflação alta que caracterizou o período agravou a pobreza relativa, na medida em que penalizou especialmente os indivíduos de menores rendimentos, elevando ainda mais os já excepcionalmente altos índices de desigualdade entre ricos e pobres.

Contudo, ressalta Taschner (2002, p. 279)

Se, de um lado, o Brasil é um país com renda per capita de US \$6.500, por outro, apresenta uma distribuição de renda fortemente desigual: em 1980, 1% da população mais rica detinha 13% da renda nacional; em 1990, 14,8. Segundo a Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD) de 1995, 63% da renda nacional vai para os 20% mais ricos, enquanto apenas 2,5 vão para os mais pobres. A diferença entre unidades da federação é também enorme: se no estado de São Paulo cerca de 34% da população tem renda acima de R\$ 6000, em Alagoas apenas 1,62% consegue esse patamar.

As citações acima mostram o empobrecimento da população urbana, esclarecendo que os pobres estão ficando mais pobres, e que o Brasil é um país com grande concentração de renda. Apesar de ser uma das maiores economias mundiais, ele apresenta infindável número de pobres que não têm conseguido ter acesso à sobrevivência básica.

Na interpretação de Koga (2003) as aquisições humanas, sejam dentro de um país, ou entre vários países, são condicionadas pela sociedade de mercado. O social subjaz à economia. Foi essa a perversa conquista da globalização que exclui grandes parcelas da população mundial de condições básicas para sobreviver, viver e acessar os bens civilizatórios direcionados para a qualidade de vida humana.

O mundo tem tido um avanço técnico e científico enorme, mas mesmo com todas as novas descobertas, infindável número de indivíduos não têm conseguido ter acesso a uma posição que possibilite que as desigualdades sociais sejam superadas.

No subcapítulo referente ao mercado de trabalho e renda em Campo Mourão, esta realidade fica patente. Aí serão mostrados os salários dos trabalhadores de Campo Mourão. Verifica-se que a maior parte desses trabalhadores têm como renda um salário mínimo que ao longo dos anos tem perdido seu poder de compra de tal forma que não tem cumprido a função para o qual foi criado,

ou seja, garantir a todos os trabalhadores o atendimento de todas as suas necessidades vitais básicas como moradia, alimentação, educação, saúde, vestuário, lazer, higiene, transporte e previdência social que lhes são garantidos pela antiga e atual Constituição Brasileira.

Destituído de um salário decente, muitos trabalhadores escolhem a favela como opção de moradia. Em Campo Mourão, existem 3 favelas, cuja maioria dos seus habitantes têm como rendimento um pouco mais de 1 salário mínimo.

Moradores das favelas de Campo Mourão, diferentemente de habitantes de favelas de grandes centros, não moram próximo aos seus locais de trabalho. O que se segue, mostrará essa realidade.

O favelamento está diretamente relacionado a baixa renda da população. Entretanto, não se pode esquecer de outros aspectos. Viver na favela é a solução tanto para o trabalhador de baixa renda com registro em carteira como para o trabalhador informal. Localizando-se, geralmente próxima aos centros das cidades ou aos centros dos bairros, a favela permite ao trabalhador chegar ao local de serviço em curto espaço de tempo e sem gastos com transportes.

Ao passo que muitos moradores de favelas residem próximo ao local de trabalho, economizando com transporte, o trabalhador da periferia vivencia outra realidade que poderá ser entendida através de Moura e Ultramari.

Para Moura e Ultramari (1994, p. 46), “A distância física dos centros encarece, também, outros serviços básicos”. O trabalhador da periferia desgasta-se física e emocionalmente com o tempo despendido no deslocamento urbano, além de ter despesas com transporte que pesam significativamente em seu orçamento. Assim, a baixa renda, as menores despesas com a aquisição da habitação e a proximidade com a área de trabalho ajudam a explicar a existência de favelas. A Tabela 8 apresenta o número de favelas por estado da federação.

O estado de São Paulo lidera a lista do número de favelas no Brasil (39,8%), seguido do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Observa-se que do número de favelas existentes no país, a maioria localiza-se nesses três estados.

De acordo com Taschner (2002, p. 280):

O aumento do número de favelas dever-se-ia tanto a densificação das favelas existentes como à formação de novos assentamentos. No processo de ocupação do espaço, quando as próprias favelas começam a se tornar inacessíveis – a mercantilização das terras e casas em invasões já é prática comum na cidade, onde em 1993, 14% dos chefes de família declararam ter pagado por seu lote, contra 4,3% em 1987.

Com isso, surgem novos tipos de invasões como: debaixo de pontes e viadutos, em jardins e praças públicas, em calçadas de vias expressas. Além disso, tem havido verticalização nas favelas. A tabela 8 mostra a realidade brasileira no tocante a este tipo de habitação em vários estados brasileiros.

TABELA 8 – Brasil: Número de favelas por estados

Unidades da Federação	1991
São Paulo	1296
Rio de Janeiro	705
Minas Gerais	248
Ceará	162
Paraná	141
Pernambuco	111
Bahia	100
Alagoas	45
Piauí	45
Mato Grosso do Sul	31
Amazonas	27
Pará	27
Goiás	22
Paraíba	21
Maranhão	20
Santa Catarina	15
Rio Grande do Norte	7
Amapá	4
Tocantins	4
Espírito Santo	3
Sergipe	3
Distrito Federal	2
Rondônia	1
Mato Grosso	0
Roraima	0
Acre	0
Total	3.183

Fonte: IBGE, 1995.

A tabela 8 mostra que havia 3183 favelas em 1991 no Brasil. O campeão em número de favelas é o estado de São Paulo (1296 favelas); em seguida vem o Rio de Janeiro (705 favelas), Minas Gerais (248), Ceará (162), Paraná (141) Pernambuco (111), Bahia (100), os estados restantes abrigam de 1 a 45 núcleos favelados. Os estados da região Nordeste abrigam sozinhos, mais de 500 favelas, isto vem reafirmar que a região continua sendo um espaço onde inúmeros indivíduos ainda continuam a serem excluídos de uma vida com dignidade. Além disso, as cidades têm apresentado outra categoria de pobre que, à medida que os espaços vão sendo ocupados buscam solução para seu problema se abrigando sob marquises e bancos de praça, são os moradores de rua. Isto demonstra a escassez dos espaços a serem ocupados.

Moura e Ultramari (1994, p. 44) nos relatam que:

Embora a habitação seja um elemento imprescindível à sobrevivência humana e, por consequência do próprio sistema capitalista, cuja dinâmica é garantida pela mão-de-obra, esse sistema, não oferece condições de moradia aos seus trabalhadores.

Ao não impor uma política salarial que torne a renda do trabalhador compatível ao custo de acesso às necessidades básicas, o Estado permite que o trabalhador resolva sozinho seu problema que em longo prazo tem surtido efeitos catastróficos. A partir dos anos 1980, começou a acontecer no Brasil uma pobreza quase que generalizada e como consequência disso, o aumento da violência criminal.

Em Campo Mourão, o índice de crimes está sendo altíssimo. Aos finais de semana não tem havido nenhuma surpresa quando as rádios locais anunciam mais um assassinato. Os bares não podem funcionar depois da meia-noite. Isso não tem trazido alívio para a violência que tem sido cada vez mais crescente, não sendo essa uma prerrogativa desta cidade, pois, todo o país está sofrendo desse mal.

Assim, conforme Silva (2001, p. 11):

A cidade, no Brasil tem no pobre e na pobreza, atores de primeira linha. O país, na condição de industrializado e subdesenvolvido possui um significativo contingente de pobres. Pobres que não encontram na cidade formal e legal as suas referências. O produto urbano desta cidade legal e formal não permite aos pobres, em sua maioria, o alcance, inclusive, da razão da cidade por meio de suas três qualidades inerentes: identidade, estrutura e significação.

A afirmação do autor nos leva a perceber que a cidade não tem condições de absorver a população que é atraída para seu entorno. O acesso desigual ao solo urbano permite que ao mesmo tempo em que se encontre no solo urbano não viva plenamente a cidade.

No relato de Koga (2003, p. 27), a visibilidade da pobreza não é uma novidade na sociedade, sobretudo na brasileira. Os métodos de medição da miséria, da pobreza, dos miseráveis e dos pobres, todavia, não são nem de domínio público e nem condição pacífica entre os analistas. O que acontece é que a miséria é banalizada por setores que nos fazem acreditar que tudo está bem. No dia 16/07/2001, a Folha do Paraná publicou uma matéria argumentando que no Brasil existem 50 milhões de indigentes, sendo que, no Estado do Paraná 2 milhões de pessoas estão abaixo da linha de pobreza.

Sposati (apud KOGA, 2000, p. 11), argumenta que:

Pelo corte de R\$80,00 (oitenta reais) per capita chega-se a conclusão de que 60 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha de pobreza ou 12 milhões de famílias e dentre estes, 24 milhões ou 14% vivem abaixo da linha de indigência, isto é com R\$ 40,00 por mês. Como se percebe elevaram o corte da indigência à condição da linha de pobreza e reduziram a linha de indigência a sua metade. Trata-se de um novo redutivo. Com isto adotaram como indigente aquele que recebe $\frac{1}{2}$ cesta básica por mês e a preço mais baixo, de Salvador, e não da média do país e consideram pobre o que ganha o equivalente a cesta básica integral por mês e dizem : “o alcance ideal de um programa de combate a pobreza, deflagrado já tão tardiamente, seria sem dúvida, todo o conjunto da população vivendo abaixo da linha de pobreza”. São cerca de 60 milhões de pessoas – ou 12 milhões de famílias – que vivem com uma renda familiar per capita de até R\$ 80,00 (oitenta reais). Mesmo em seu limite superior, esse é um nível de renda claramente insuficiente para assegurar as pessoas um acesso ainda que precário aos bens essenciais da vida.

Isso leva a concluir a ausência do Estado na vida de milhões de brasileiros, ao não formular políticas públicas para resolver inúmeras situações de miséria, visto que seus programas sociais são medidas paliativas que deveriam ser substituídos por rendas decentes e condições de trabalho para a população carente.

Além disso, segundo Koga (2003, p. 68):

O reducionismo da condição de pobreza denuncia a lógica perversa com que se estabelece quem são os pobres e os indigentes na sociedade brasileira, nunca se chegando a ponto de discutir o que seria a não-pobreza ou o não-pobre, como tem enfatizado Sposati.

Para classificar o que seria ou não indigência, a Fundação Getúlio Vargas usou os critérios da Organização Mundial da Saúde onde para ter tal condição, uma pessoa precisa ter renda *per-capita* mensal mínima de meio salário mínimo, para satisfazer suas necessidades básicas. No entanto, segundo Koga (2003, p. 68), esse cálculo foi contestado pelo governo federal, que considera como indigente uma pessoa que receba 1/3 do salário mínimo. A análise não está levando em conta os prováveis impactos obtidos pelos programas sociais do governo Lula (gestão 2001-2006).

Peliano e Beghin (1994), explicam os indigentes e a chamada linha de pobreza da seguinte maneira: indigentes são todos aqueles cuja renda dá apenas, e na melhor das hipóteses, para garantir a alimentação adequada, ou seja, para adquirir uma cesta básica de alimentos, cuja composição varia de acordo com a região e que atende os critérios nutricionais recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Linha de pobreza corresponde a um nível de renda que permite cobrir, além do custo da cesta de alimentos, outras necessidades básicas como saúde, educação, habitação, transporte e vestuário (PELIANO; BEGHIN, 1994, p. 54).

Segundo as mesmas autoras, uma vez definidos os limites da indigência e da pobreza, eles foram convertidos em salários mínimos, de modo que se pudesse calcular o número de indigentes e de pobres no país, de acordo com as distribuições de rendas apontadas pelas pesquisas em domicílios. A partir desses critérios, os resultados indicam que a linha de

indigência varia em torno de dois salários mínimos por família, dependendo da região do país, e que a pobreza fica em torno de quatro salários mínimos.

Se levarmos em conta os estudos de Peliano e Beghin (1994), e observarmos os dados da tabela 9 (distribuição espacial da renda em Campo Mourão), irá concluir que um grande número de famílias de Campo Mourão tem com rendimento um pouco mais de quatro salários mínimos, portanto, de acordo com as autoras citadas, vivem em nível de pobreza.

Se o número de indivíduos na família for grande, e se enquadrarem entre os 3500 domicílios que pagam aluguel, segundo a Secretaria da Ação Social da cidade, este trabalhador destinará uma grande parte de seus parcos rendimentos com o quesito moradia.

A tabela 9 mostra o número de indigentes por estado brasileiro. Os estados da Região Nordeste mostram um alto percentual de indigentes que, para Sposati (apud KOGA, 2003) é aquele indivíduo que recebe $\frac{1}{2}$ cesta básica integral por mês. Estes indivíduos podem ser classificados como excluídos da sociedade.

O conceito de exclusão, não é aceito por unanimidade nas Ciências Humanas. Vários autores têm pontos de vista diferenciados a esse respeito.

Para Martins (1997), não existe exclusão, porque exclusão, de fato, sociologicamente não existe. Ela é, na sociedade moderna, apenas um momento da dinâmica de um processo mais amplo; um momento insuficiente para compreender e explicar todos os problemas que a exclusão efetivamente produz na sociedade atual.

O discurso corrente sobre exclusão é basicamente produto de um equívoco, de uma fetichização, a fetichização conceitual da exclusão, a exclusão transformada numa palavra mágica que explicaria tudo. Rigorosamente falando, só os mortos são excluídos, e nas nossas sociedades a completa exclusão dos mortos não se dá nem mesmo com a morte física; ela só se completa depois de lenta e complicada morte simbólica.

Já Corrêa (1989), considera como grupos sociais excluídos os habitantes de cortiços, favelas, conjuntos habitacionais e casas auto-construídas. De acordo com Koga (2003 apud PAUGAN, 1991), termina por admitir que o termo tenha aparecido na França em meados dos anos 1960, em período de prosperidade econômica. Na época, designaria portanto, não o fenômeno da degradação do mercado de trabalho e a falência dos vínculos sociais, mas, sobretudo, o surgimento visível e incontestável de uma população mantida a margem do processo econômico e da divisão dos benefícios.

Ser pobre em determinados lugares da Europa, é diferente de ser pobre no Brasil. O país vem de colonização de intensa exploração, onde desde seu início, tivemos pessoas que foram destituídas de inúmeros benefícios.

Este trabalho, ao estudar os trabalhadores de Campo Mourão, seus indicadores de escolaridade e renda, adotará o termo exclusão, por entender ser o mais apropriado.

Os dados da tabela 9 mostram que o Paraná localizado na região Sul, ganha no tocante aos números de indigência, ficando um pouco à frente de Santa Catarina e perdendo para o Rio Grande do Sul, o estado da região com menor número de indigentes.

TABELA 9 – Proporção de indigentes por estado brasileiro 1996-1999

Estado	Pop. Total (2000)	Nº de indigentes	% indigentes (1996-1999)
Acre	557.337	174.307	31,28
Alagoas	2.817.903	1.561.907	55,43
Amapá	475.843	173.973	36,56
Amazonas	2.840.889	1.101.952	38,79
Bahia	13.066.764	7.160.456	54,80
Ceará	7.417.402	4.133.792	55,73
Distrito Federal	2.043.169	331.279	16,21
Espírito Santo	3.093.171	813.690	26,31
Goiás	4.994.897	1.271.451	55,46
Maranhão	5.638.381	3.592.494	63,72
Mato Grosso	2.498.150	646.696	25,89
M. Grosso do Sul	2.075.275	461.894	22,26
Minas Gerais	17.835.488	4.778.127	26,79
Pará	6.188.685	2.583.528	41,75
Paraíba	3.436.718	1.725.920	50,22
Paraná	9.558.126	1.996.023	20,88
Pernambuco	7.910.992	4.030.730	50,95
Piauí	2.840.969	1.754.327	61,75
Rio de Janeiro	14.367.225	2.108.678	14,68
R. Grande do Norte	2.770.730	1.300.193	46,93
Rio Grande do Sul	10.179.801	1.706.135	16,76
Rondônia	1.377.792	307.937	22,35
Roraima	324.152	65.339	20,16
Santa Catarina	5.333.284	767.726	14,40
São Paulo	36.996.527	3.848.955	10,41
Sergipe	1.779.522	892.270	50,14
Tocantins	1.155.251	592.274	51,17
Brasil	169.544.443	49.600.419	29,26

Fonte: Mapa do fim da fome (FGV – RJ, 2001; IBGE, 2001 apud KOGA, 2003).

Como já salientado, para as questões aqui levantadas, será adotado o termo exclusão, recorrendo a Koga (2003) e Castel (1998).

Ao prosseguir, Koga (2003, p. 77) argumenta:

Paugam analisou que ainda durante a década de 1980 a noção de ‘exclusão’ era pouco utilizada. Nesse período se tratava da precariedade da chamada ‘nova pobreza’. Ocupam papel significativo os movimentos sociais de solidariedade, na luta a favor da parcela da população considerada perfeitamente apta à sociedade moderna e, contraditoriamente, vítima da conjuntura econômica e da crise do emprego.

A partir dos anos 1990 é que a “exclusão” retornará ao debate. Há um acúmulo de reflexões sobre o Programa Renda Mínima de Inserção (RMI) e a situação de pobreza, sobre avaliação de políticas de inserção e sobre estudos de trajetórias de populações. Há lugar para os estudos longitudinais, as análises de situação de desfavorecidos ao longo do tempo e o efeito das ações de intervenção. Estes estudos, na perspectiva de Paugam, contribuem para uma modificação progressiva na representação tradicional da pobreza. Passa-se de uma perspectiva monetária para uma definição dinâmica e multidimensional (KOGA, 2003).

Assim, exclusão social neste contexto passa a ser utilizada não mais como uma caracterização de grupos ou situações determinados, mas, sobretudo para sublinhar a existência de processos que podem conduzir a estas situações extremas de cada vez maiores parcelas da população (KOGA, 2003).

Paugam (apud KOGA, 2003, p. 78) diz que:

O sucesso da noção de exclusão é, por conseqüência, em grande parte, ligada à tomada de consciência coletiva de uma ameaça que pesa sobre as franjas cada vez mais numerosas e mal protegidas da população [...] ela enfatiza, ao menos implicitamente sobre uma crise no vínculo social.

Para Castel (1998), o cerne da problemática da exclusão social não está onde estão os excluídos, ele trabalha com a noção de desfiliação social, ou seja, o rompimento de vínculos sociais que garantem proteção e identidade aos sujeitos.

Assim, Castel analisa o processo de desfiliação da sociedade francesa e percebe na sociedade atual o desemprego e a precarização do trabalho que, segundo ele, representam um “déficit de lugares” ocupacionais na estrutura social. Segundo o autor, com este déficit de lugares irá

surgir os “supranumerários” ou no dizer dele, os “inúteis para o mundo”, ou seja, o desempregado de longa duração, os “velhos” de 50 anos, os jovens em busca do primeiro emprego. Desfiliação não é necessariamente a ausência completa de inscrição do sujeito em estruturas portadoras de um sentido (CASTEL, 1998).

Trabalhando com esses autores, tem-se um infindável arsenal de justificativas ou negativas para o termo exclusão. Martins diz que não existe exclusão, no sentido de que o indivíduo pode estar excluído de alguns benefícios, mas incluído em outros, ou seja, são incluídos de maneira perversa.

O que significa ser incluído de maneira perversa no sistema capitalista de produção? Os dados sobre a Região Metropolitana de Porto Alegre nos dão uma idéia de que maneira isso ocorre. Estes dados são utilizados para entender a tabela 8, onde apesar de um dos maiores IDH do país, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina apresentam alto índice de indigentes. Se utilizarmos Corrêa, onde enfatiza quem são os grupos sociais excluídos, é pertinente discutir o déficit habitacional em Santa Catarina e Região Metropolitana de Porto Alegre.

A exclusão assume diversas faces. Uma das mais perversas está na impossibilidade de ter uma habitação decente. Em 1993, ou seja, há mais de duas décadas, a carência de moradias no Rio Grande do Sul era de 433 mil moradias. Desse total, 39% (aproximadamente 169 mil) estavam localizadas na Região Metropolitana de Porto Alegre. Mais de 70% das carências habitacionais atingem a população com renda de até cinco salários mínimos, o restante da população refere-se à categoria dos sem-terra e sem-teto, seguida da população residente em favela em áreas passíveis de regularização e dos residentes em áreas de risco.

De acordo com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em 1997 o déficit habitacional no Rio Grande do Sul é estimado em 700 mil moradias (IPARDES, 2000).

O modelo de financiamento habitacional brasileiro não contribui para sanar desequilíbrios. As Companhias de Habitação e a Caixa Econômica Federal financiam a casa própria para os extratos de menor poder aquisitivo. Tonella (2002, p. 87) esclarece que:

Mesmo a demanda por habitação se concentrando na faixa da população que recebe até 3 salários mínimos os critérios vigentes continuam a ser aqueles ditados pela Caixa Econômica Federal, que privilegiam os interessados que se encontram na faixa superior e possuem renda fixa.

A política habitacional, pelo montante de recursos que envolvem, necessita ser desenvolvida em interface com o governo do Estado e a União. A falta de uma diretriz clara, que demonstre vontade política do governo Federal em resolver o problema da habitação no país, reflete-se nas políticas municipais que dependem ora do aval da Caixa Econômica Federal, ora de emendas parlamentares para liberar recursos necessários aos seus programas. A solução para atender a defasagem de ofertas de moradias para a população de baixa renda continua distante (TONELLA, 2002, p. 87).

Os dados do IparDES (2000) registram que diante do déficit habitacional existente, as ocupações ilegais tornam-se freqüentes. Áreas públicas são o alvo preferido da população. Existem 301 vilas e núcleos irregulares em áreas públicas e privadas de Porto Alegre, geralmente em espaços da periferia impróprios para morar (áreas de risco). A estimativa é de que 250.541 habitantes residam nessas vilas em cerca de 61 mil moradias, além delas há 362 loteamentos irregulares no município.

No Paraná, levantamento realizado em 1997 pela Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar), relativo às favelas existentes nos municípios excluindo a Região Metropolitana de Curitiba (oficial) e o município de Londrina, revela a presença de 184 municípios com favelas e 32 com subhabitações esparsas. O estudo estima que Londrina tenha 1896 famílias vivendo em barracos (IPARDES, 2000).

Ainda de acordo com os dados registrados no Ipardes (2000), as Mesorregiões do interior do estado do Paraná, que apresentam o maior número de favelas são: a centro-oriental, onde se destaca Ponta Grossa, com o maior número do estado por famílias em favelas, a Oeste, Foz do Iguaçu com estimativa de 5200 famílias faveladas, Cascavel com 399 famílias faveladas.

Segundo os dados do Ipardes (2000), os municípios com mais de 100 mil habitantes são os que possuem maior proporção da população em favelas, não descartando, porém elevada concentração nos municípios com até 20 mil habitantes. Campo do Tenente na Região Metropolitana de Curitiba é um exemplo, tendo 10,98% de sua população morando em favelas, correspondendo à maior proporção do Estado.

No Paraná, 58% de sua população favelada, excetuando-se a Região Metropolitana de Curitiba, ganham menos de um salário mínimo de renda média familiar; 10,23% são desempregados; 17,96% são bóias-frias; e 13,72%, aposentados e pensionistas. A maioria das áreas consideradas favelas é pública e de preservação, principalmente fundos de vale e áreas de risco. Apenas 18,46% são particulares (IPARDES, 2000).

Só na Região Metropolitana de Curitiba em 1997, havia 29.284 domicílios favelados na região, com uma população estimada em aproximadamente 122.700 habitantes, correspondendo a 12,27% da população da região (IPARDES, 2000).

A Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (Cohab/ SC) estima déficit habitacional na Grande Florianópolis de 21.075 moradias para famílias com baixa renda, principalmente em São José e Palhoça (IPARDES, 2000).

Não obstante tudo isso, o censo 2000 do IBGE registra no Paraná um total de 3.122.715 domicílios particulares desse total 2681. 685 estão ocupados contra 441.030 desocupados.

Tonella (2002) argumenta que caso o trabalhador recebesse o suficiente para ter acesso ao mercado imobiliário e se não existisse uma ampla margem para especulação imobiliária, os imóveis atenderiam boa parte da demanda reprimida por habitação.

Entretanto, como já analisado, um enorme contingente de indivíduos não tem poder de compra compatível com a mercadoria a ser adquirida. Seria necessário que o governo tomasse a dianteira, e levasse ao pé da letra o que está na lei.

Conforme o exposto, habitantes do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul convivem com graves problemas, mas são os únicos a enfrentá-los. As citações abaixo demonstram que, são vários os elementos que fazem parte do processo de exclusão. Cabe a nós enfrentá-las.

Esta síntese do pensamento foi relatado por Koga (1997, p. 194):

O fenômeno da exclusão social parece gerar o máximo de efemeridade humana. O desemprego, a ausência de direitos mínimos de sobrevivência, segurança, proteção social, a discriminação pela cor, pelo sexo, pela condição física, psicológica, partidária. Enfim, o grau de fragilidade a que a situação de exclusão social expõe o sujeito é tão grande que fere sua própria condição humana, sua condição de ser no mundo.

Assim, ser excluído vai além de ser pobre, ainda que, ser pobre reforce o fato de ser excluído. Ser de raça negra, ser mulher, ser portador de deficiência, ser morador de favela ou não possuir uma moradia, são fatores que determinam a exclusão social em diferentes contextos na realidade brasileira. A exclusão social vai além do fator econômico abarcando a questão cultural, política etc. (KOGA, 2003).

O país tem uma das maiores economias mundiais e seu Estado não tem vontade política para resolver a questão. Por isso, é importante que a população tenha noção de seus direitos e que a exclusão de muitos direitos a que são submetidos não seja banalizada, no dizer de Koga (2003), a sociedade brasileira naturalizou a exclusão social e esta naturalização precisa ser repensada para transformar a sociedade.

3.1 A URBANIZAÇÃO DE CAMPO MOURÃO

Primeiramente conhecido como Campos do Mourão, posteriormente passa a ser chamado Campo do Mourão e finalmente é denominado Campo Mourão. Surge como Distrito Policial pelo decreto nº 81, de 3 de fevereiro de 1916, porém continua pertencente à jurisdição do distrito Judiciário de Palmeirinha, município de Guarapuava, pela lei nº 1750, de 19 de março de 1918. Pelo Decreto-Lei nº 199, de 30 de dezembro de 1943, passa a fazer parte do município de Pitanga, do qual é emancipado pela lei nº 2, de 10 de outubro de 1947 (VEIGA, 1999).

A ocupação efetiva da região de Campo Mourão teve início no princípio do século XX, sendo impulsionada a partir da década de 1940 (HESPANHOL, 1993). Entretanto, as primeiras incursões datam do século XVI. De acordo com Veiga (1999), depois da frustrada formação da vila de Ontiveiros e após a fundação de Ciudad Real Del Guairá, em 1561, os espanhóis penetraram, em direção a leste, nas matas entre os rios Piquiri e Ivaí encontrando um campo cerrado aberto rodeado por araucárias, local em que, séculos depois iria se desenvolver a cidade de Campo Mourão.

Segundo Soriano (2002, p. 65):

As circunstâncias político-econômico que impulsionaram a retomada das atenções sobre os campos denominados de Campo Mourão, encontram-se relacionadas a dois fatores. Um deles envolvia o interesse tanto do governo Imperial quanto da jovem Província do Paraná. O outro interesse envolvia a procura de um via fluvial de ligação do Paraná com a Província do Mato Grosso até a fronteira do Paraguai. Para isso, os percursos dos rios, especificamente o rio Ivaí, começaram a ser explorados.

O interesse dos fazendeiros guarapuavanos em estender as atividades pastoris para novas áreas também foi fator relevante. Assim, a ocupação de Campo Mourão realizou-se por meio da posse. Esta já havia se consumado quando em 1893, com o objetivo de regularizar a posse, os fazendeiros guarapuavanos apresentaram uma declaração coletiva da posse mansa e pacífica das terras devolutas ocupadas por eles e suas famílias desde 1880 (SORIANO, 2002). Esse requerimento, além de estabelecer a petição e o registro formal sobre as primeiras posses por particulares, marcou também o início da fragmentação dessa área que, até então, juridicamente, segundo a Constituição de 1891, art. 64, se encontrava sob domínio do Estado do Paraná (SORIANO, 2002).

Em 1921, com a construção da estrada entre Campo Mourão-Guarapuava, conhecida como estrada Boiadeira e pelo percurso aberto, Pitanga-Campo Mourão, por Manoel Mendes de Camargo e Pedro Mendes de Abreu, Campo Mourão já se formava como um pequeno povoado, esboçado por mineiros e paulistas (SORIANO, 2002).

As colônias implantadas pelo governo do estado em Campo Mourão, de acordo com Soriano (2002), ficaram a cargo do Departamento de Geografia Terras e Colonização (DGTC), distribuindo as terras patrimoniais de Campo Mourão nas seguintes colônias agrícolas: Colônia Mourão, Piquiri, Cantú, Goio-Erê, Goio-Bang, Muquidão, Mamborê e Tapejara.

Hespanhol (1993, p. 21-22), argumenta que:

São constatadas duas frentes de expansão que vieram ocupar estas terras: A população que se deslocou para a área era procedente basicamente de duas frentes de expansão: uma proveniente do norte e outra do sul. A primeira, derivada das frentes colonizadoras do café e a segunda, oriunda dos dois estados meridionais (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), compostos por descendentes de colonos europeus (terceira e quarta geração), que impossibilitados de se reproduzirem socialmente nos minifúndios se deslocaram para o Paraná.

Nota-se que a colonização de Campo Mourão foi marcada pela influência de duas grandes frentes, o que possibilitou a assimilação de características econômicas, sociais e culturais de regiões distintas. Caracterizando a região como uma área de transição entre as duas frentes.

Balhama (apud HESPANHOL, 1993), aponta que os colonizadores gaúchos e catarinenses ultrapassaram o rio Iguaçu até a altura de Campo Mourão, onde ocorreu o encontro com a frente de colonização formada por paulistas, mineiros e nordestinos oriundos do norte.

Em 1951, Campo Mourão perde metade de sua área devida à emancipação de Peabiru, em 1956 perde mais 2000 Km² com a criação do município de Goio-Erê, e no ano de 1960 ocorre

mais uma perda de área com a formação dos municípios de Barbosa Ferraz, Campina da Lagoa, Fênix, Mamborê, Iretama, Roncador, Ubiratã e Janiópolis (PINTO, 1990).

Hespanhol (1993) constatou que, na região de Campo Mourão, sobressaia-se as explorações de madeira, a policultura (arroz, feijão, milho, café, algodão etc.); isso devido às limitações climáticas, em razão da ocorrência de geadas, significativa presença de migrantes oriundos do Sul sem tradição no café e pouca atração deste produto na década de 1960. Para Pinto (1990), o desenvolvimento de Campo Mourão é atribuído aos ciclos da madeira, do café, da menta, do arroz, do feijão e da soja, coadjuvada pela pecuária.

Para entender a segregação em Campo Mourão, é importante levar em conta a modernização da agricultura, que no estado do Paraná passa por esse processo a partir da década de 1970, sendo que esta modernização irá acarretar transformação na paisagem paranaense. Para Moro (1999, p. 13):

Neste contexto, o estado do Paraná – cuja economia está fortemente alicerçada nas atividades agropecuárias voltadas à exportação e a agroindustrialização – durante a década de 70, passa a conhecer o processo de modernização de sua agricultura, notadamente em sua Região Norte.

A modernização da agricultura é caracterizada por um conjunto de bases técnicas que visam obter melhor produtividade. Para atingir tal propósito se utilizam mecanização (tratores e colheitadeiras), adubos químicos, defensivos, sementes selecionadas, sistema de irrigação, dentre outras técnicas.

Com a substituição da cafeicultura, sobretudo pela cultura associada da soja e trigo, libera-se grande contingente de trabalhadores rurais, que emigram para as fronteiras agrícolas

ocidentais e setentrionais do país ou para as regiões metropolitanas, destacando-se Curitiba e São Paulo, buscando nos centros urbanos esperança à sobrevivência (MORO, 1999).

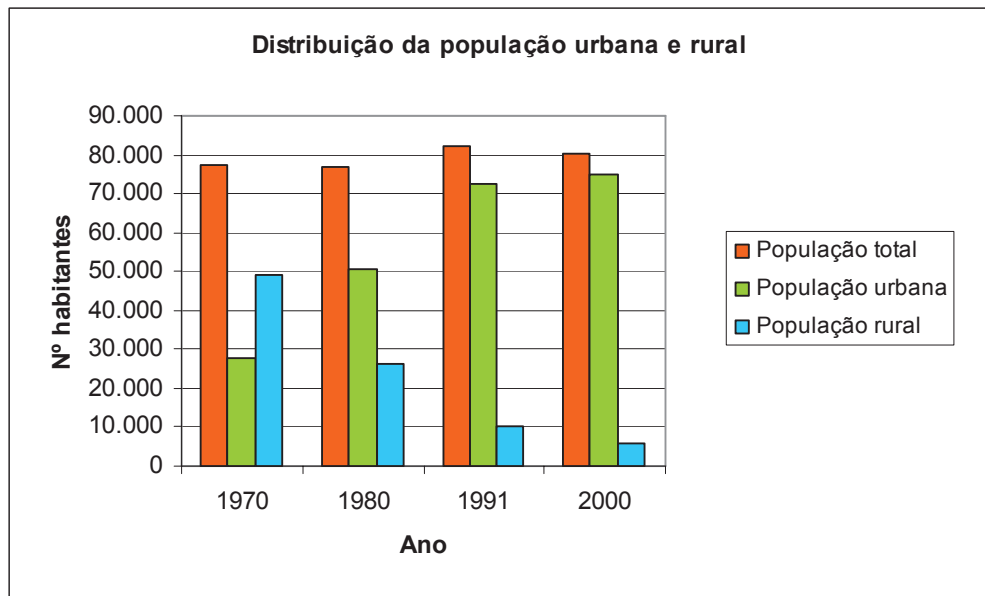


GRÁFICO 1 – Distribuição da população urbana e rural de Campo Mourão.

Fonte: IBGE, 2000.

Observando o gráfico 1, nota-se que até 1970 a população de Campo Mourão habitava predominantemente a área rural (49.338 habitantes na área rural e 27.780 na área urbana), estando associada ao trabalho no campo. Com a modernização da agricultura e a substituição das culturas de feijão, arroz, milho, e trigo pelo predomínio do binômio soja/trigo, que é seguido por inovações tecnológicas há a substituição da mão-de-obra braçal pelas máquinas. Assim, os trabalhadores do campo são gradativamente substituídos pela tecnologia. O censo (2000) realizado pelo IBGE, mostra um grande predomínio da população urbana sobre a rural (5.722 habitantes na área rural e 74.754 habitantes na área urbana). Para Pinto (1990, p. 29):

As mudanças no campo, com a entrada do capital via tecnologia vão influir nas relações de trabalho. As atividades agora desenvolvidas no campo já não necessitam de mão-de-obra constante, portanto, não é mais compensador ao produtor manter o trabalhador no estabelecimento, é mais lucrativo trabalhar com assalariados temporários (bóias-frias).

O Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) é apontado como um dos responsáveis pela saída dos trabalhadores do campo. De acordo com o ETR o trabalhador do campo passaria a ter os mesmos direitos que os trabalhadores urbanos. Estes direitos seriam os seguintes: estabilidade no trabalho após dez anos de trabalhos prestados, jornada de trabalho de oito horas, salário mínimo, férias remuneradas, repouso semanal remunerado, aviso-prévio em caso de demissão por parte do empregador ou do empregado, 13º salário, proteção ao salário do menor e da mulher.

Com isso, muitos proprietários rurais não querendo ou não podendo arcar com os encargos sociais do Estatuto de Trabalhador Rural demitiram seus empregados e logo perceberam as vantagens que poderiam tirar da nova situação. Com isso o trabalhador temporário passou a ser preferido em detrimento do trabalhador com carteira assinada, e o bóia-fria passou a fazer parte do cotidiano. Estes processos deram origem a um intenso êxodo rural e, como consequência, o esvaziamento do campo e a predominância da população vivendo em cidades.

Campo Mourão chegou aos dias atuais, com a maioria de seus habitantes vivendo na zona urbana. A cidade, porém, tem apresentado um número infundável de problemas sociais que serão discutidos na parte que se segue.

3.2 O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL

Este subcapítulo tratará da segregação residencial, especificando o conceito e mostrando os mais diversos modelos de segregação, formulados por diferentes autores.

Segundo Villaça (1998, p.142), a “segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole”.

Para o autor, a segregação não impede a presença nem o crescimento de outras classes no mesmo espaço. No seu entender, não existe presença exclusiva das camadas de mais alta renda em nenhuma região geral de nenhuma metrópole brasileira embora haja presença exclusiva de camadas de baixa renda em grandes regiões urbanas. O mais conhecido padrão de segregação da metrópole brasileira é o do centro e periferia. O primeiro dotado da maioria dos serviços urbanos, públicos e privados, é ocupado pelas classes de mais alta renda. A segunda subequipada e longínqua é ocupada predominantemente pelos excluídos. O espaço atua como um mecanismo de exclusão.

Lojkine (1990 apud VILLAÇA, 1998, p.143), esclarece, que

[...] a segregação é uma manifestação da renda fundiária urbana, um fenômeno produzido pelos mecanismos de formação dos preços do solo, estes por sua vez, determinados pela nova divisão social e espacial do trabalho.

Para Villaça (1998, p. 146), no Brasil, nem sempre as camadas de alta renda moram em espaços cujo metro quadrado seja os mais caros, pois muitas vezes optam pela periferia como Alphaville, em São Paulo, ou no recreio dos Bandeirantes no Rio de Janeiro.

Assim, o autor contesta Lojkine, ao afirmar que não é o preço da terra que determina a distribuição espacial das classes sociais, mas esclarece que: ficaríamos um pouco mais próximos (mas ainda não totalmente) da verdade se afirmássemos que os terrenos mais caros são ocupados pelas camadas de alta renda, pois na periferia de metro quadrado barata, a alta renda ocupa terrenos grandes ou, em se tratando de condomínios verticais, grandes quotas ideais de terreno. Finalmente, se deve considerar que a classe média também ocupa terra de

alto valor no que se refere ao metro quadrado de terreno, consumindo pouca terra per capita ou por família, como em Copacabana, no Itaim ou Moema, ambos em São Paulo (VILLAÇA, 1998, p. 147).

O conceito de segregação residencial aparece com a Escola de Chicago, com Robert Park e Mackenzie, que o define como sendo uma concentração de tipos de população dentro de um dado território [...] seria ela resultante do processo de competição impessoal que geraria espaços de dominação dos diferentes grupos sociais (CORRÊA, 1989).

Souza (2003) aponta que o fenômeno da segregação residencial é, sem dúvida, muito geral ao longo da história da urbanização. Quase sempre existiram grupos que, devido a sua pobreza, a sua etnia, ou a outro fator, eram forçados a viverem em certas áreas geralmente as menos atraentes e bonitas, menos dotadas de infra-estrutura, mais insalubre, sendo, na prática ou até formalmente, excluídos de certos espaços, reservados para as classes e grupos dominantes da sociedade. A segregação residencial induzida pode ser observada em cidades desde a antiguidade.

Mcgee (1989 apud CORRÊA, 1989), ao descrever a segregação nas cidades sagradas do sudeste asiático, considerando a cidade Kmer de Angkor Thon, atualmente território cambojano, no século XIII, num contexto pré-capitalista, esclarece que o palácio e os principais templos podiam geralmente ser encontrados no centro da cidade, e em torno deles estavam localizadas as residências da elite da cidade e funcionários. Cercando estas áreas estavam as ruas dos artesãos, manufactureiros, joalheiros e armeiros. As comunidades dos comerciantes estrangeiros localizavam-se fora dos muros da cidade, junto com os elementos

mais pobres da população. A distribuição do poder e a estrutura social espelhavam a diminuição do prestígio social do centro da cidade para a periferia.

Existem três padrões de segregação residencial, que são conhecidos pelos nomes daqueles que formalizaram evidências empíricas sobre a distribuição espacial das classes sociais e suas frações na cidade; são os denominados modelos de Kohl, de Burgess e de Hoyt (CORRÊA, 1989).

O primeiro modelo de segregação foi, possivelmente, aquele formulado, em 1841, pelo geógrafo alemão J.G. Kohl. Ele generalizou a maneira como os grupos sociais estavam distribuídos nas cidades da Europa Continental, numa época em que os efeitos do capitalismo sobre a organização espacial não se faziam sentir plenamente: tratava-se em realidade da cidade pré-industrial.

Segundo Kohl, a cidade era marcada pela segregação da elite junto ao centro, enquanto na periferia viviam os pobres. A lógica desse padrão residia no fato de que, na metade do século XIX, assim como anteriormente, a mobilidade intra-urbana era muito limitada e a localização junto ao centro da cidade constituía uma necessidade para a elite, porque ali se localizavam as mais importantes instituições urbanas: o governo, através do palácio, a igreja, as instituições financeiras e o comércio a longa distância. A localização central da elite se devia, pois, a uma questão de acessibilidade às fontes de poder e de prestígio.

No modelo de segregação formulado por E.W. Burgess, os pobres residem no centro e a elite na periferia da cidade, em aprazíveis subúrbios. Para Burgess, a partir do momento em que se inicia o processo de centralização, a elite começa a abandonar suas residências centralmente

localizadas, indo residir na periferia. As áreas residenciais localizadas no centro são desvalorizadas e ocupadas por indivíduos solteiros, imigrantes recentemente chegados à cidade, que alugam residências ou quartos em imóveis que, na maioria dos casos, tornam-se fortemente deteriorados (CORRÊA, 1989).

Para Hoyt (apud CORRÊA, 1989) a segregação espacial assumia não um padrão em círculos em torno do centro, mas em setores e a partir do centro. As áreas residenciais de alto status localizavam-se no setor de maiores amenidades, achando-se cercadas pelos setores da população de médio status. Diametralmente oposto encontrava-se um amplo setor habitado pela população de baixo status.

Em resumo, a segregação tem um dinamismo onde uma determinada área social é habitada durante um período de tempo por um grupo social e, a partir de um dado momento, por outro grupo de status inferior ou, em algum caso superior, através do processo de renovação urbana (CORRÊA, 1989).

Ao nos referirmos a segregação, estamos falando daqueles que têm acesso ao capital ou os que são desprovidos de condições para se estabelecerem no espaço urbano. Isto porque não só os pobres estão segregados, no entanto, há uma diferença, os detentores do capital segregam-se para defender-se da violência cada vez mais presente nas cidades, os pobres são segregados por não terem condições de terem acesso a um lugar privilegiado no espaço urbano.

Porque morar em áreas distantes da cidade ou em periferias não é o problema, basta ver o exemplo de alguns europeus ou norte americanos que muitas vezes escolhem a periferia para morar. A dificuldade é que para consumir a cidade é necessário que se tenha um bom poder

aquisitivo. Assim, o indivíduo que mora em áreas distantes da cidade, mas tem condições de se locomover adequadamente, não leva em conta a distância. Os condomínios fechados estão quase sempre localizados em áreas distantes da cidade, mas quem habita estes locais tem poder de compra compatível com o lugar onde vai estar localizado no espaço.

Isto quase sempre não acontece com quem habita periferias pobres e carentes de equipamentos sociais urbanos, assim o que vale é a qualidade da moradia e se oferece condições para quem lá reside.

Nossa análise vai centrar-se nos locais de moradia dos trabalhadores, o que quase sempre é sinônimo de periferias urbanas, carentes, e com favelas de condições adversas de se viver. Historicamente, a ocupação do solo urbano empurrou a população mais pobre para a periferia ou para áreas centrais deterioradas. Isso aconteceu por conta do planejamento urbano, que em geral não priorizou a questão da habitação para as camadas mais pobres, e dos grandes investimentos imobiliários, direcionados para a população de maior poder aquisitivo.

Além disso, no mundo inteiro, milhões de pessoas vivem em calçadas, praças, viadutos, marquises e sobrevivem de esmolas ou ajuda humanitária de igrejas, prefeituras, ongs, ou mesmo de programas de governos federais.

Assim, resolver o problema da moradia para as classes populares é um tema que não tem conseguido alavancar. Moura e Ultramari (1994, p. 44), afirmam que:

A maior parte da população das cidades brasileiras e de outras do Terceiro Mundo têm um poder de compra muito restrito. Evidentemente, antes de se decidir por morar num loteamento nos confins da cidade, essa parcela de habitantes tenta morar perto das áreas mais centrais, perto de tudo o que o urbano oferece de bom. Mas, aí, as moradias são muito caras, não dá para se pagar o aluguel. Menos ainda uma prestação de compra. E os terrenos disponíveis apesar de muitos, são também caríssimos.

O que isto nos leva a concluir? Evidentemente as áreas desvalorizadas se expandem com maior velocidade do que as áreas onde o preço da terra urbana é elevado.

Isto demonstra que os mecanismos de comercialização da habitação são excludentes. Assim como também o são os serviços e equipamentos de que a cidade dispõe (MOURA; ULTRAMARI, 1994).

O problema da moradia não é exclusivo das grandes cidades: atinge todo o país. As condições precárias de habitação refletem a segregação urbana e a exclusão social e estão intimamente ligados à ausência de renda fixa e aos baixos salários de grande parte da população como demonstraram acima (MOURA; ULTRAMARI, 1994).

De acordo com os autores citados, embora a habitação seja um elemento imprescindível à sobrevivência humana e, por consequência do próprio sistema capitalista, cuja dinâmica é garantida pela mão-de-obra, esse sistema não oferece condições de moradia aos seus trabalhadores.

Para Tonella (2002, p. 80):

O direito a habitação foi incluído como um dos direitos fundamentais do cidadão brasileiro, juntamente com saúde e educação, somente em março de 1999, através de Emenda Constitucional. Apenas o reconhecimento formal de direito não resulta em práticas eficazes para solucionar a carência de habitação no país.

No país, usualmente costuma-se dar o jeitinho brasileiro, algumas leis pegam e outras não. Há um grande passo entre o reconhecimento de uma lei, e o seu real cumprimento. O que falta é

vontade política para resolver tais problemas. A citação abaixo será importante para explicar isso. Como observa Maricato (2000, p. 124), referindo-se a Planos Diretores:

Não é por falta de Planos Urbanísticos que as cidades brasileiras apresentam problemas graves. Não é também, necessariamente, devido à má qualidade desses planos, mas porque seu crescimento se faz ao largo dos planos aprovados nas Câmaras Municipais, que seguem interesses tradicionais da política local e grupos específicos ligados ao governo de plantão.

Maricato continua: como convém a um país onde as leis são aplicadas de acordo com as circunstâncias, o Plano Diretor está desvinculado da gestão urbana. Discurso pleno de boas intenções, mas distante da prática. Conceitos reificados, reafirmados em seminários internacionais, ignoram a maioria da população. A habitação social, o transporte público, o saneamento e a drenagem não têm status de temas importantes (ou centrais como deveriam ser) para tal urbanismo. O resultado é: planejamento urbano para alguns; mercado para alguns; lei para alguns; modernidade para alguns; cidadania para alguns.

Para Tonella (2002, p. 83):

[...] até mesmo os governos mais empreendedores alimentam a especulação imobiliária. As obras de infra-estrutura urbana não democratizam o acesso a terra para moradia. Os imobiliáristas e proprietários fundiários são os reais grupos de poder definidores de onde e como investir.

E investem como lhes convém levando em conta o poder aquisitivo dos indivíduos, e não a relação entre carência de moradias e a renda que detém. Por isso a criação de leis e seu cumprimento são fundamentais.

O Estatuto da Cidade, nome como ficou conhecida a lei que estabelece diretrizes da política urbana e dá outras providências, fixa parâmetros para aplicação do capítulo da política urbana

da Constituição Federal, definindo princípios e objetivos, diretrizes de ação e instrumentos de gestão urbana a serem utilizados, principalmente pelo Poder Público municipal. “O Estatuto da Cidade, ao instituir e disciplinar antigas demandas expressas em questões, como IPTU progressivo, desapropriação com pagamentos em títulos e usucapião urbano, ele cumpre um inestimável papel social” (SILVA, 2001, p. 13).

A aprovação do Estatuto da Cidade foi uma grande vitória da sociedade civil, especialmente, dos movimentos sociais urbanos. Sua ação reguladora auxiliará as administrações municipais que contarão com um importante instrumento para intervir na estrutura e dinâmica dos centros urbanos (SILVA, 2001).

Percebe-se que foram criados inúmeros mecanismos para repensar a cidade. Esses mecanismos, entretanto, não têm sido suficientes para resolver a situação caótica que se instalou no país. As classes populares têm assim, que encontrar sua própria solução para seu problema.

A chamada cidade ilegal continua avançando. Indaga Maricato (2000, p. 142):

[...] Até que ponto é possível insistir na estratégia das elites urbanas brasileiras, de produzir um cenário de modernidade ou, agora, de pós-modernidade, em uma ilha, cercada pela não cidade? A dimensão que a pobreza e os problemas estão atingindo é que conforma a crise desse modelo.

Isso fica claro ao lembrarmos as discussões sobre favelas e o quanto este tipo de habitação tem avançado no espaço urbano de cidades pequenas, médias e grandes. E o que é mais grave, não se tem percebido que a classe dominante, entendida aqui, como órgãos específicos para esse fim tem tido vontade política para resolver essa situação.

Maricato (2000, p. 164-5), nos chama a atenção para esse fato grave que têm cometido governos, intelectuais, enfim, toda a sociedade civil organizada.

Diante da dimensão que está assumindo a não cidade, ou a cidade dos excluídos ou favelados, algumas perguntas se impõem: por que a universidade não dá a devida importância a essa realidade? Por que os urbanistas e organismos de planejamento urbano a ignoram, freqüentemente? Por que a própria sociedade brasileira não tem consciência dessa situação? Quais são os expedientes que permitem o ocultamento de ocorrência tão grande e palpável? Como algo tão visível permanece quase invisível? Ou, pelo menos, como é que as dimensões desses fatos podem ser formalmente ignoradas pelo Judiciário, pelo Legislativo, pelo Executivo, pelos técnicos, por grande parte da academia, que insistem numa representação que não corresponde à cidade real?

As respostas para essas questões seriam a tomada de consciência de que têm direitos que lhe são dados pela constituição, e pelo fato de terem nascido como diz Milton Santos *in O Espaço do Cidadão*, o simples nascer reveste o indivíduo de uma soma inalienável de direitos (SANTOS, 1987).

A população perdeu a crença de que seus problemas têm solução. O desfecho político que estamos vivenciando dia-a-dia é outro agravante de que a sociedade brasileira não tem jeito e que o nosso destino é inexorável. Vale a pena acreditar que leis que só ficam no papel serão respeitadas?

3.3 CAMPO MOURÃO E A CIDADE ILEGAL

Campo Mourão faz parte da Mesorregião Centro-Ocidental paranaense. Possui uma área de 11.942 quilômetros quadrados e uma das menores densidades demográficas dentre as mesorregiões paranaenses (29,83 habitantes por quilômetro quadrado). Compõe-se de 25 municípios e mais de 30% de sua população está concentrada em Campo Mourão. Guarda

fortes relações com uma estrutura predominantemente agropecuária, mantendo 44% de seus municípios de pequena dimensão (IPARDES, 2000).

Segundo os dados registrados no IparDES (2000), Campo Mourão, município de média dimensão e com nível de centralidade forte para médio, tem sua dinâmica urbana estruturada principalmente em função da Cooperativa Agropecuária Mourãoense (Coamo), que é a maior cooperativa do Paraná tanto em termos de valor comercializado quanto em números de associados.

Observando os dados referentes à população urbana e rural, constata-se facilmente que a maior parcela da população habita na área urbana. A explicação para este fato é simples: com a mecanização da agricultura, a população do campo migrou para as cidades em busca de melhores condições de vida, já que no campo, a mão-de-obra braçal foi substituída por máquinas. O fenômeno é conhecido como êxodo rural (MORO, 1998).

A saída do campo em direção às cidades, acarreta inúmeros problemas, dentre eles o colapso no tocante a moradia. Muitos encontram na favela a saída para seu problema de moradia. Campo Mourão não foge à regra com relação a este quesito. A cidade abriga em seu interior três favelas: A Vila São Frâncico de Assis, a favela Tilápia, e a favela do Jardim Modelo.

A favela do Jardim Modelo tem 35 barracos, a Vila São Frâncico de Assis 220 barracos e a favela Tilápia conta com 25 barracos (SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DE CAMPO MOURÃO, 2005).

Segundo Ribeiro (2002, p. 355).

No caso da cidade de Campo Mourão, algumas famílias ocuparam a favela São Francisco de Assis as margens do rio km 119, na área oeste no perímetro urbano. Isso se deu na década de 80, quando a COHAPAR, ao construir o conjunto habitacional Milton Luiz Pereira na vertente oriental do rio km 119, no bairro Lar Paraná, deixou o fundo de vale sem ser urbanizado por ser uma área de preservação ambiental. Sendo a área pertencente ao poder público e coincidir com uma época de intenso êxodo rural, motivo-se a ocupação dando início à favela São Francisco de Assis que cresceu significativamente e hoje ocupa uma área de 41,770 m², com cerca de 261 barracos e 320 pessoas.

Os dados de Ribeiro (2002) indicam que a favela São Francisco de Assis está localizada em área de preservação ambiental. O número de barracos não coincide com as informações da Prefeitura Municipal de Campo Mourão, que contabiliza para 2005 um total de 220 barracos.

O que acontece é que, com a erradicação de quatro outras favelas, 41 famílias da São Francisco de Assis conseguiram deixar a favela e habitarem o conjunto habitacional Mendes. As favelas erradicadas foram: favela do Jardim Aeroporto, favela do Jardim Paulista, favela Ouro Verde e favela Curió. Somando as 41 famílias da São Francisco de Assis, ao todo saíram das referidas favelas 185 famílias.

Segundo informações da Secretaria da Ação Social de Campo Mourão, a Prefeitura Municipal está com projeto para construção de 170 moradias para desfavelamento. Serão construídas 57 casas assim que o prefeito municipal assinar convênio com o governo do Estado do Paraná, são, portanto, segundo a secretaria de Ação Social, números definitivos, e que vão ser construídos ainda em 2005. As 113 casas restantes não têm data para o início da construção.

Em 2004, a Prefeitura Municipal de Campo Mourão, visando diminuir o déficit habitacional, distribuiu 117 lotes para famílias carentes. A família tinha como obrigação construir a casa, que poderia ser de madeira, o banheiro, no entanto, teria que ser construído de alvenaria. Os

terrenos ficam distantes da área central, mas todos são asfaltados. As casas construídas pelos moradores muitas vezes são feitas de restos de construções que recebem como doação.

Percebe-se que o governo municipal não tem tido a devida vontade política para resolver os problemas sociais existentes na cidade, uma vez que com esta ação de doação de terrenos, onde quem recebe ganha até um salário mínimo, fica patente a adoção de medidas paliativas para resolver problemas tão graves.

Situações como essas atestam a falência dos chamados planejamentos urbanos, que quase sempre não são levados a sério. O artigo 2º da Lei Complementar nº 958/95 que institui o Plano Diretor, e tem por objetivos:

1- Promover a equidade social do município assegurando melhor qualidade de vida e o bem-estar para seus habitantes mediante:

- a) Acesso à moradia, com garantia de equipamentos urbanos;
- b) Gerência Democrática da cidade com promotores da cidadania plena e da descentralização decisória;
- c) Combate à especulação imobiliária;
- d) Direito de propriedade condicionado ao interesse social e à adequação ambiental;
- e) Combate à depredação dos patrimônios, ambiental e cultural;
- f) Garantia de transporte coletivo acessível a todos;
- g) Garantia de serviços públicos Municipais de qualidade, bem como o Saneamento básico, energia elétrica, iluminação pública, segurança e comunicação;
- h) Promoção da educação, saúde e lazer com qualidade, assegurando seu acesso a toda a população;

- i) Urbanização e regularização de loteamentos e de áreas urbanas ociosas ou degradadas;
- j) Proteção e conservação de áreas periféricas e de produção rural;
- k) Criação e manutenção de parques de especial interesse urbanístico, social, ambiental e de utilização pública;
- l) Uso racional do território e dos recursos naturais, mediante controle da implantação e do funcionamento das atividades econômicas, residenciais e viárias;
- m) Manutenção dos sistemas de paisagismo e limpeza urbana, coleta, tratamento e destinação final do lixo, inclusive hospitalar;
- n) Reserva de áreas urbanas para implantação de equipamentos e projetos de cunho social ou recreativo;
- o) Integração dos bairros e distritos ao conjunto da cidade;
- p) Descentralização territorial na oferta de serviços.

Os objetivos do Plano Diretor são, muitas vezes, quase impossíveis de serem cumpridos. O item que faz alusão ao combate à especulação imobiliária, é um exemplo do que se está afirmando. A especulação imobiliária faz parte do sistema capitalista, daí, a dificuldade em conseguir levar tal tarefa adiante.

O capítulo IV do uso e ocupação do solo, em seu artigo 13 diz que vai: “Proibir a ocupação urbana nas faixas de proteção dos rios km 119 e do Campo que é o manancial de abastecimento da cidade, de acordo com as legislações pertinentes no âmbito Federal, Estadual e Municipal” (artigo 1º da Lei 844 de 23/12/93).

Têm-se, portanto, um infindável arsenal de instrumentos que teriam que ser imprescindíveis ao bom funcionamento da cidade que, no dizer de Maricato (2000), têm sido sistematicamente

ignorados e com isso deixando a cidade à deriva. O tão falado jeitinho brasileiro tem sido constantemente colocado em prática. A impressão que se tem é que, é pertinente para o poder público manter as classes miseráveis, e assim brincar com seus anseios mais profundos, ou seja, ter acesso a uma vida melhor.

Para Galeano (1987, p. 13):

A pobreza não está escrita nos astros; o subdesenvolvimento não é fruto de um estranho desígnio de Deus. As classes dominantes põem as barbas de molho, e ao mesmo tempo anunciam o inferno para todos. De certo modo, a direita tem razão quando se identifica com a tranqüilidade e a ordem; é a ordem, de fato, da cotidiana humilhação das maiorias, mas ordem em última análise; a tranqüilidade de que a injustiça continue sendo injusta e a fome faminta.

A degradação a que são submetidos os pobres vem de longa data, e como diz Galeano a pobreza não está escrita nos astros como querem que acreditemos. Portanto, urge que se tenha consciência dos direitos que nos são dados para logo em seguida nos tirem, sem luta a degradação do ser humano continuará perpetuamente.

A maioria dos trabalhadores de Campo Mourão, só tem acesso a baixos salários, como informa os dados IBGE (2000), onde 11.138 têm como rendimento até um salário mínimo; 11.307 mais de um a dois salários mínimos; 5037 de dois a três salários mínimos; 4778 com mais de três a cinco salários mínimos; 4519 com mais de 5 a 10 salários mínimos; 1603 com mais de 10 a 20 salários mínimos, 990 com mais de 20 salários mínimos e 26078 permanecem sem rendimento.

Constata-se que mais de 22.000 mil pessoas ganham até dois salários mínimos, o que comprova a precariedade dos salários recebidos e deixa nas entrelinhas a certeza de que com

esses rendimentos vive-se muito mal, uma vez que o salário perdeu desde sua criação, em 1938, no governo de Getúlio Vargas, o seu poder de compra.

Em relação ao Plano Diretor de Campo Mourão, muitas leis não são cumpridas. A proibição da ocupação urbana nas faixas de proteção dos rios km 119 e do Campo proposta pelo Plano Diretor da cidade é um referencial de que as leis não são cumpridas, visto que nas faixas do rio km 119 existem duas favelas, a Vila São Francisco de Assis e favela do Modelo. O poder público não tem conseguido coibir essas ocupações.

O morador das favelas de Campo Mourão muitas vezes retorna ao local da antiga moradia, alegando não conseguir pagar as prestações e, como a favela não é extinta, tem sempre para onde voltar.

Se o Plano Diretor fosse cumprido na íntegra a regularização da Vila São Francisco já teria sido feita, mas as moradias continuariam com o mesmo aspecto, visto que, segundo a Secretaria da Ação Social, a maioria dos habitantes da favela está desempregada ou está ocupada com a informalidade.

A solução seria o poder público municipal construir outras moradias com melhores infra-estruturas para a lei ser cumprida à risca. Só a regularização pura e simples da Vila São Francisco, não resolveria o problema de seus habitantes.

Para Maricato (2000, p.161):

A fragilidade do aparato de fiscalização do uso e da ocupação do solo das prefeituras municipais, dos órgãos públicos ligados ao meio ambiente, das

polícias florestais, entre outros, é funcional para um universo onde a invasão é a regra, em função da falta de alternativas. Essa fragilidade é funcional também [...] para a alimentação da relação eleitoral arcaica. As câmaras municipais se repetem na edição periódica de leis de anistia que perdoam as construções ilegais.

Embora sejam leis, muitos governos não têm vontade política para resolver tais situações, por isso, é cômodo manter essas situações. As favelas de Campo Mourão são exemplos disso.

A partir dos dados do IBGE (2000), faremos a correlação entre baixos salários e problemas sociais. O IBGE (2000), no censo demográfico apresenta os salários dos moradores de cada bairro de Campo Mourão. Os bairros onde população percebe salários baixos apresentam maiores problemas sociais. O Jardim Alvorada tem sido alvo de constantes violências. Segundo dados na Delegacia de Campo Mourão, no intervalo de 15 dias foram mortos quatro indivíduos, o bairro tem se igualado ao Jardim Lar-Paraná e Tropical conhecidos, pela população mourãoense como os mais violentos da cidade.

Sem exceção, todos os bairros que apresentam baixos salários apresentam carências de equipamentos sociais. Os moradores do Jardim Cidade Nova contam com uma creche e uma escola, mas quando precisam ir ao médico, a unidade de saúde mais próxima se encontra no Jardim Alvorada e o percurso para chegarem a unidade de saúde é perigoso. Trata-se de um lugar onde se encontram marginais que impedem a passagem dos transeuntes. Assim, observa-se um fato que intriga: com toda a violência a que estão expostos, muitos jovens não estudam na escola do bairro, preferem frequentar as escolas centrais, alegando que as mesmas oferecem um ensino de melhor qualidade.

O transporte público é precário em alguns bairros. Na Vila Guarujá, por exemplo, e no hospital Santa Casa o transporte é demorado. Quem vai à Santa Casa fica mais de três horas esperando o ônibus. Neste caso, convém lembrar Maricato (2000, p.165):

Embora os equipamentos sociais se concentrem nos bairros de baixa renda, sua manutenção é sofrível. A gestão urbana e os investimentos públicos aprofundam a concentração de renda e a desigualdade.

Se pensarmos que nas áreas centrais a manutenção de serviços, tais como: iluminação pública, pavimentação asfáltica e praças são mais eficientes, isso nos leva a concluir que, na verdade, essas áreas onde habitam pessoas de maior poder aquisitivo, as quais reivindicam melhorias para seus bairros são melhores atendidas pelo poder público.

Sem contar que as áreas centrais são o chamariz da administração pública por serem locais onde a visibilidade de sua gestão é mais bem observada.

Em Campo Mourão, os bairros da grande Lar-Paraná conhecidos por serem os mais violentos e por abrigarem duas favelas em seu interior, concentram também dois parques industriais, geralmente constituídos, por micro e pequenas empresas e empregam trabalhadores de todos os extremos da cidade. São bairros com população que ganha em média entre mais de um a mais de dois salários mínimo. Os bairros são os seguintes: Cohapar, John Kenedy, Lar-Paraná, Paulino, Pio XII, Parque Verde e Vila Cândida. O gráfico 2 demonstra o rendimento médio mensal de alguns bairros de acordo com o censo demográfico (IBGE, 2000).

O gráfico 2 nos permite perceber que moradores de bairros periféricos como: Diamante Azul, Bandeirantes e Santa Nilce ganham menores salários e que, portanto, são destituídos de muitos direitos fundamentais ao ser humano uma vez que o valor do salário possibilita que tenhamos possibilidade de vida melhor. Os salários dos trabalhadores nestes bairros variam de 1 a 4 salários mínimos. Como o caso da Vila São Francisco de Assis, com 1 salário mínimo, do Conjunto Habitacional Diamante Azul com 2 salários mínimos, do Bandeirantes com 3 salários mínimos e do Jardim Santa Nilce com 4 salários mínimos.

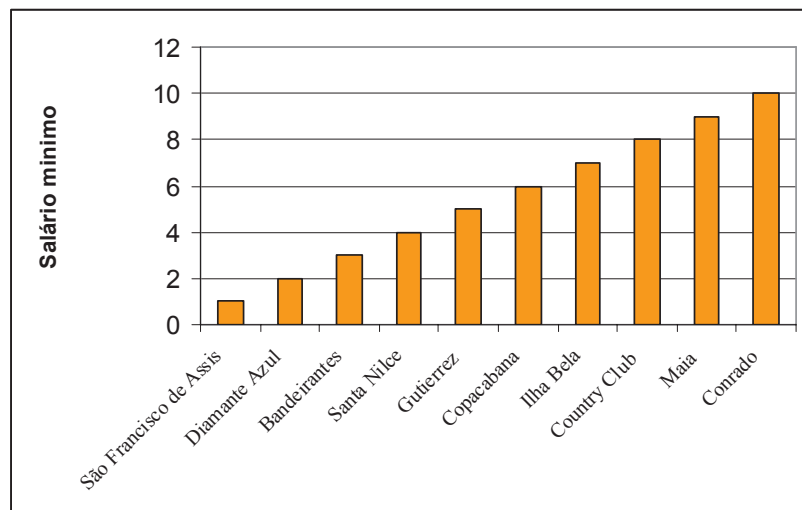


GRÁFICO 2 – Rendimento médio mensal segundo o IBGE.

Fonte: IBGE (2000).

Nos bairros centrais como: Conrado, Maia e Country Club o rendimento é maior nos levando a perceber que estes indivíduos conseguem usufruir melhor a cidade. A tabela 10 mostra a distribuição espacial da renda em Campo Mourão bairro a bairro.

TABELA 10 – Distribuição espacial da renda em Campo Mourão

Bairro	Rendimento médio	Salário Mínimo
Centro	1.526,96	+ 11
Araucária	978,50	+ 07
Conrado	1.396,28	+ 10
Copacabana	815,96	+ 06
Country Club	1.174,46	+ 08
Florida	736,40	+ 05
Gutierrez	750,43	+ 05
Maia	1.356,52	+ 09
Urupês	474,42	+ 03
Vila Rio Grande	456,60	+ 03
Vila Carolo	346,12	+ 02
Vila Cândida	295,23	+ 02
Parque Industrial I	425,76	+ 03
Cidade Nova	347,20	+ 02
Comunidade São Francisco	186,31	+ 01
Aeroporto	295,67	+ 02
Albuquerque	547,87	+ 04
Alvorada	330,34	+ 02
Bandeirantes	475,30	+ 03
Damasco	381,37	+ 02
Horizontes	545,57	+ 04
Isabel	480,79	+ 03
John Kenedy	356,68	+ 02
Lar Paraná	528,04	+ 03
Modelo	357,64	+ 02
Paulino	273,49	+ 02
Paulista	322,57	+ 02
Pio XII	331,31	+ 02
Santa Cruz	394,86	+ 02
Santa Nilce	627,14	+ 04
Tropical	310,21	+ 02

Fonte: IBGE (2000).

Obs: Dados com base no salário mínimo de 2000 (R\$ 136,00)

Bairros como Comunidade São Francisco, Tropical, Vila Carolo, Vila Cândida, Cidade Nova, Aeroporto, Alvorada, Damasco, John Kenedy, Modelo, Paulino, Paulista, Pio XII e Santa Cruz apresentam um rendimento familiar de um pouco mais de dois salários mínimos. Opostos aos bairros centrais como: Centro, Araucária, Conrado, Copacabana, Country Club, Flórida, Gutierrez e Maia onde a renda familiar varia entre mais de cinco a mais de onze salários mínimos.

4 DA GÊNESE À PRECARIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

O nosso objeto principal de estudo, versa sobre o mercado de trabalho, em Campo Mourão-PR. Para tanto, achou-se necessário fazer uma revisão bibliográfica sobre o tema, desde a antiguidade até os dias atuais, onde a centralidade do trabalho está sendo ameaçada cotidianamente.

Muito se tem escrito sobre mercado de trabalho, fim dos empregos, exército industrial de reserva e propostas para geração de trabalho e renda. Inúmeros profissionais têm se dedicado a análise do tema trabalho, sem esquecer que trabalho não é o mesmo que emprego, trabalho para Smith (apud CARLEIAL, 2000) era esforço. Este esforço poderia ser tanto físico como mental, retratado no operário capaz de pensar a máquina a partir de sua tarefa repetitiva. Estar empregado é submeter-se a determinada carga horária de trabalho e receber por isso. Os trabalhadores são classificados em formais, informais, por conta própria etc.

Vivemos em uma sociedade carente de empregos e que, portanto, não dá condições para que indivíduos possam suprir todas suas necessidades. Fazer tal afirmação parece ser algo apocalíptico, uma vez que no sistema no qual estamos inseridos, dizem não haver empregos para todos, que agora é necessário que nosso empreendedorismo entre em cena.

O empreendedorismo tão falado nos leva a concluir que, numa economia de mercado a população pode abrir mão do emprego no mercado de trabalho formal. Isto é possível? O sistema quer que acreditemos que sim. De acordo com Fogaça (1998, p. 326) o discurso do espírito empreendedor parece uma forma educada de dizer aos indivíduos, que na medida em que o modelo neoliberal não assume a proposta capitalista de inclusão dos “despossuídos”, daqui para frente eles estarão por sua própria conta e risco.

É importante compreender este discurso para entender que é sério exigir que indivíduos postos à margem quase toda a vida, não terão condições de transformar seu destino automaticamente. Neste sentido, o trabalho é imprescindível ao ser humano e estudá-lo para entender suas especificidades é de suma importância.

O homem se fez homem pelo seu trabalho de cunho produtivo/ social, e o que distingue a espécie humana da espécie animal, è o fato concreto de o homem ser o único capaz de produzir objetos (GOMES, 1990). A história do ser humano è a história do dispêndio de sua força de trabalho, para isso, o homem utilizava ferramentas na elaboração dos objetos denominados de bens sociais de uso e de troca.

De início, organizaram-se hordas errantes, cujas relações sociais eram desordenadas. Na medida em que seus instrumentos de trabalho foram sendo aperfeiçoados, o homem deu um salto em sua organização social; da pedra lascada a pedra polida, da madeira bruta à coa, da coleta à colheita dos cultivos, da caça à domesticação e ao criatório, do fogo natural à produção do fogo artificial etc. (GOMES, 1990).

Com o passar dos séculos, o homem fabricou instrumentos mais aperfeiçoados, como a lança pontiaguda, o machado, a faca de pedra, o arpão e o anzol de pedra etc.; e mais tarde aprendeu a fundir os metais como o cobre e o bronze.

Na luta pela vida, os seres vivos desempenham atividades específicas para alcançar seus propósitos. Cada espécie realiza de acordo com suas necessidades e aptidões, as atividades adequadas para assegurar a sobrevivência, atuando sobre a natureza das mais diferentes maneiras, e obtendo dela o indispensável para viver. Essa atividade vital é na verdade

trabalho, que todo ser vivo realiza para garantir a vida. O homem utiliza o trabalho para satisfazer suas necessidades materiais, seus meios de subsistência. Ao buscar satisfazer suas necessidades materiais, o homem determina a produção da vida material, e à medida que a satisfação é alcançada, as necessidades são ampliadas a outro, dando início às relações sociais que estabelecem a condição histórica do trabalho (LOYOLA, 1999).

Para entender o que se segue, é necessário fazer uma retrospectiva histórica das formas de trabalho nos diferentes modos de produção, a saber: no modo de produção primitivo, o trabalho é coletivo, a atividade natural consiste na criação natural e na produção periódica de gêneros agrícolas. A terra é propriedade de todos. As principais atividades econômicas são a agricultura e a criação de animais, o produto do trabalho é propriedade coletiva.

No modo de produção asiático, as comunidades exercem as funções produtivas nas terras que pertencem ao Estado. Essas comunidades são contratadas pela comunidade superior, que representa simbolicamente a comunidade e legitima sua função exploradora por meio de mecanismos jurídicos, políticos e ideológicos. O trabalho rural, nessa formação, fundamenta-se na cooperação da produção, as técnicas são rudimentares, os chefes locais são auxiliados por funcionários reais, que cobram os impostos e distribuem os produtos para as necessidades vitais e ainda fazem o armazenamento dos excedentes apropriados pelo Estado para redistribuição. O comércio também é exclusividade do Estado, ou seja, os comerciantes são subordinados à comunidade superior.

As formações antigas caracterizam-se principalmente pelo surgimento e desenvolvimento da propriedade privada da terra, que se dá de duas maneiras: pelo privilégio de classes e pela ação legitimadora do Estado. São formações de pequena economia agrária e a prática de

ofícios independentes que forma, por sua vez, a base econômica da comunidade clássica em seus melhores tempos, depois de desmoronar-se o coletivismo primitivo e antes que o escravismo se aproprie da produção (MARX apud LOYOLA, 1999).

As formações escravistas emergem historicamente do fim das relações fundamentais antigas. Dos conflitos sociais decorrentes da transição entre as formações antigas para as escravistas, surge o cidadão livre do domínio das aristocracias tradicionais e as relações de produção organizam-se sob condições mais abertas. O trabalho escravo é institucionalizado. O escravo é propriedade jurídica de outro homem e é obrigado a trabalhar para o seu dono, quer prestando serviços quer produzindo riqueza.

Historicamente, o feudalismo é a última etapa das formações pré-capitalistas e apresenta duas fases bem definidas. A primeira compreende a formação e a organização do sistema de apropriação característico do período entre os séculos IV e IX, marcado por aspectos políticos conseqüentes das invasões bárbaras e das instituições dos reinos merovíngio e carolíngio. A segunda idade feudal corresponde ao pleno funcionamento do feudalismo na Europa.

São três as principais formas de apropriação de renda do feudalismo. Corvéia, a mais comum, em que o camponês, trabalha o seu próprio lote e exerce o trabalho obrigatório nas terras exclusivas do senhor. A segunda forma é a banalidade, em que se dá a exploração comum das terras do senhor e do camponês, cabendo ao camponês somente a parte da produção equivalente ao seu sustento e ao senhor, a apropriação do excedente. O terceiro tipo, menos comum, é a concessão do direito de exploração do solo e da venda do excedente pelo camponês, e o dinheiro resultante sendo do senhor como forma indireta da renda da terra (LOYOLA, 1999).

No capitalismo as relações de produção se fundamentam na compra e venda da força de trabalho, pois as relações de produção compreendem a relação entre propriedades econômicas – controle econômico real dos modos de produção- e posse – domínio do processo de trabalho (LOYOLA, 1999). Portanto, o trabalhador do campo e da cidade, expropriado dos meios de produção, passa a ser um trabalhador livre (da escravidão, do servilismo), porém, se vê forçado a vender sua força de trabalho para garantir a subsistência. Nesse sentido, a força de trabalho é transformada em mercadoria, cujo valor é o salário, que Marx chama de preço da força de trabalho. O contrato da força de trabalho determina as condições da compra e venda da força de trabalho, dando início ao processo que no capitalismo se caracteriza como um processo para a expansão do capital, para a criação de um lucro (LOYOLA, 1999).

O crescimento dos mercados faz surgir à indústria urbana para satisfazer às necessidades do consumo. A inovação tecnológica sob o patrocínio da burguesia dá um grande impulso à produção industrial com efeitos benéficos a toda estrutura econômica.

O capital imprime um caráter cosmopolita à economia. O progresso é acelerado e as relações do comércio são ampliadas. Aos poucos desaparece o isolamento e as nações criam as interdependências. Mas o crescimento burguês foi acompanhado do crescimento inverso do operariado contemporâneo; há um progresso econômico que não é acompanhado pelo progresso social. O proletariado, surgido com a grande indústria urbana, fica sujeito a todas as vicissitudes da expansão burguesa. O trabalhador torna-se apêndice da máquina e a sua capacidade produtiva condiciona-se a noção de lucro, isto é, pelo que seu trabalho representa na consecução do produto. Estabelece-se o domínio do trabalho pelo capital e a mais-valia torna-se marca registrada dessa dominação.

A mais-valia consiste a toda jornada de trabalho correspondente a uma remuneração, que permitirá a subsistência do trabalhador. No entanto, o trabalhador produz um valor maior do que aquele que recebe na forma de salário, e essa fatia de trabalho não pago é apropriado pelos donos das fabricas, das fazendas, das minas etc. Dessa forma, todo produto ou serviço vendido traz embutido esse valor não transferido ao trabalhador, permitindo o acúmulo de lucro pelos capitalistas.

Há duas maneiras principais de aumentar a taxa de exploração ou de mais-valia do trabalhador: a forma absoluta e a forma relativa. A mais valia absoluta consiste em alongar ou aumentar a jornada diária de trabalho. A mais-valia relativa consiste em aumentar a produtividade do trabalho, aumentando o rendimento do trabalhador sem alongar a jornada diária.

Segundo Loyola (1999), a mais-valia, resultante do trabalho excedente não pago, é a mola propulsora da expansão do capital. Assim o trabalho, além de oferecer subsistência ao trabalhador, é também um instrumento de capital na produção de mais valor, o qual é apropriado pelo capital e utilizado exclusivamente por ele como base do processo de acumulação.

De acordo com Casimiro (1986), o desenvolvimento histórico evidencia que, sob qualquer modo de produção, o trabalho como atividade humana concreta é fundamental. Constitui-se na forma de destacar como os homens participam do processo de desenvolvimento.

No capitalismo, ocorre a fratura entre trabalho e força de trabalho, entendida como o conjunto de faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser

humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie (MARX apud CASIMIRO, 1986).

Independente da estrutura econômica, o processo de trabalho é atividade dirigida com o fim de criar valores de uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercambio material entre o homem e a natureza: é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais (MARX apud CASIMIRO, 1986).

Marx (apud CASIMIRO, 1986), explicou que: o que caracteriza a época capitalista é adquirir a força de trabalho, para o trabalhador, a forma mercadoria que lhe pertence, tomando seu trabalho a forma de trabalho assalariado. Mas para ser força de trabalho em ação é necessário que existam capitalistas precisando contratar força de trabalho. Estabelece-se assim, a relação social básica.

Constitui-se, então, claramente a nova forma de dominação que se instala com o capitalismo: os homens expropriados dos meios de produção precisam vender sua força de trabalho. A força de trabalho transformada em mercadoria inaugura uma época na qual, a liberdade historicamente conquistada, se transforma na sua mobilidade, ou seja, na sua capacidade de se vender e se submeter à exploração capitalista (GAUDEMAR apud CASIMIRO, 1986).

Para que o processo de trabalho se concretize, exige-se instrumentos de trabalho, o objeto de trabalho e a força de trabalho, assim, trabalhadores assalariados e capitalistas se encontram, sendo que o objetivo do capitalista, ou seja, dos que detêm os meios de produção é a exploração sob a forma de mais-valia.

O capitalista compra a força de trabalho e como comprador, faz com que seu subordinado trabalhe por mais tempo do que é o necessário e com isso apropria-se do excedente.

Segundo Marx (1989), se o trabalhador precisa de todo o seu tempo, a fim de produzir os meios de subsistência necessários para sua manutenção e de seus dependentes, não lhe restará tempo nenhum a fim de trabalhar gratuitamente para outra pessoa. Se não se atinge certo grau de produtividade do trabalho, não sobra tempo ao trabalhador para produzir além da subsistência, sem esse tempo de sobra, não haveria capitalista, nem donos de escravos, nem barões feudais, em suma, nenhuma classe de grandes proprietários.

O trabalho como atividade humana remonta às nossas origens, estando relacionado principalmente com a caça e a agricultura, mas, como relação remunerada na forma de emprego assalariado, consolidou-se com o advento da primeira Revolução Industrial na Europa, inicialmente na Inglaterra no século XVIII e, posteriormente, em grande parte do continente (NUNES; COSTA, 2000).

A primeira Revolução Industrial, também denominada de primeira Revolução Tecnológica, ocorreu entre os anos de 1750 e 1850, período em que inovações tecnológicas como a máquina de fiar, o tear mecânico e a máquina a vapor tiveram um papel fundamental no aumento da produção industrial. Antes desta revolução, a manufatura comandava, sendo constituída por empresas que produziam mercadorias com métodos artesanais, isto é, sem o uso de máquinas movidas por energia não-humana.

Nas Manufaturas, trabalhavam dezenas ou mesmo centenas de pessoas sob as ordens de um empregador capitalista. Em cada manufatura se desenvolvia extensas divisões de trabalho,

cada linha de produção sendo dividida em numerosas tarefas distintas. Cada grupo de trabalhadores se dedicava especializadamente a uma destas tarefas (SINGER, 1987).

A partir da primeira Revolução Industrial, começou a consolidar-se o trabalho assalariado, tendo de um lado os proprietários dos meios de produção, ou seja, o empresariado e de outro lado, a classe operária.

Na segunda Revolução Industrial, iniciada na primeira metade do século XIX, entre as décadas de 1870 e 1890, o desenvolvimento científico e tecnológico foi enorme. A partir daí, não só a Inglaterra, pioneira no processo de revolução de técnicas científicas, mas também outros países realizaram sua revolução Industrial como: Alemanha, França, Itália, Polônia, Rússia, Estados Unidos e Japão.

A partir daí, desenvolveu-se a técnica de produção de energia elétrica, inventou-se a lâmpada incandescente, o motor à combustão interna, o telégrafo e o telefone também foram inventados no período.

Nesse período, portanto, dá-se início à indústria moderna, onde o homem passa a utilizar a máquina com uma intensidade cada vez mais crescente e a partir daí, passa a haver inúmeros problemas, dentre eles, a dispensa do trabalho, ou seja, o trabalho passa a ser preterido à máquina. De acordo com Singer (2003, p, 16):

Todas as revoluções industriais acarretaram acentuado aumento da produtividade do trabalho e, em consequência causaram desemprego tecnológico. Os deslocamentos foram grandes; milhões de trabalhadores perderam suas qualificações à medida que máquinas e aparelhos permitiam obter com menos custos os resultados produtivos que antes exigiam a intervenção direta da mão humana.

Como se percebe, a tecnologia abre possibilidades para que a produção aumente, mas trás um agravante, o intenso crescimento do desemprego tecnológico. Esse tipo de desemprego tem sua origem em mudanças na tecnologia de produção, para citar um exemplo claro, o aumento da mecanização e da automação industrial que teve sua origem na terceira Revolução Industrial ou Tecnológica, é um exemplo do que a moderna tecnologia provoca.

Na sociedade contemporânea ter um trabalho e receber por ele, é um dos elementos que possibilita aos indivíduos ter uma vida digna. O que está ocorrendo é que ter um trabalho tem sido a partir de algumas décadas um luxo que inúmeros indivíduos não podem se dar.

Isto porque na atualidade o desemprego tem feito vítimas, que sem terem acesso a um trabalho ficam a mercê do sistema capitalista. Para Costa (2004, p. 80):

o desemprego é um fenômeno histórico e social próprio da sociedade capitalista. É uma situação de não trabalho oposta ao emprego ou à relação salarial estável. Neste caso, o desemprego não é uma simples privação de trabalho, somente certas situações de não-trabalho são definidas socialmente como desemprego.

Para que a categoria desemprego exista são necessárias três condições históricas: a predominância de uma sociedade capitalista, a predominância da relação salarial e a regulação e intervenção do Estado (COSTA, 2004).

Para Comte (1995) e Freyssinet (1991 apud COSTA, 2004), estas condições históricas permitiram a formulação de um determinado conceito de emprego e desemprego e a construção de um particular modelo de força de trabalho, que divide a população de um país em inativos e ativos, subdividindo-se a população de ativos em empregados e desempregados.

Os autores colocam que se estas condições são os fundamentos do modelo e do conceito de desemprego. Uma alteração nestas colocam em cheque o modelo de representação da força de trabalho, pois este passa a não mais representar, suficientemente, a realidade e coloca por fim, em dúvida a conveniência daquela classificação e, portanto, a capacidade analítica da própria noção moderna de desemprego. Para Costa (2004, p. 81):

O desemprego como categoria social somente pode surgir em uma forma específica de organização social: a capitalista. Organização social que divide a sociedade em duas classes distintas, de um lado, os desprovidos de meios de produção que dependem da venda de sua força de trabalho e, de outro, os detentores dos meios de produção, que por alguma razão no momento não desejam empregar os meios e as pessoas que disponibilizam a sua força de trabalho enquanto mercadoria. Para ser desempregado o não trabalho deve ser resultado da não concretização do ato de venda e compra da força de trabalho em uma sociedade capitalista, na qual há uma progressiva generalização das relações capitalista de trabalho e destruição de formas de produção e trabalho não capitalistas, o que vai ocorrer com mais nitidez após a I e II Revolução Industrial.

Assim, a objetivação do desemprego repousa inicialmente sobre duas condições: o caráter involuntário do desemprego e a procura por um emprego. Estas duas condições possibilitaram a mensuração do desemprego (COSTA, 2004).

A construção da noção emprego e desemprego só foram possíveis através da predominância do capitalismo e da relação salarial, mas principalmente da institucionalização do desemprego por parte do Estado. Por isso é que dizemos que o desemprego é uma representação histórica e socialmente definida e localizada, ou seja, não é em qualquer momento histórico, nem mesmo em qualquer sociedade ou economia que poderemos ter o surgimento da categoria desemprego. Esta categoria foi construída ou inventada para uma determinada sociedade capitalista na qual há a predominância da relação salarial e um Estado do tipo Keynesiano ou Welfare State (COSTA, 2004).

Ter um trabalho que oferece estabilidade, perspectiva de carreira, seguro desemprego, seguro contra acidentes e enfermidades, amparo na velhice e morte, está sendo mais difícil ainda uma vez que está havendo uma precarização do trabalho e manter uma carteira de trabalho assinada está se tornando um artigo de luxo. Segundo Singer (2003, p. 29):

A precarização do trabalho inclui tanto a exclusão de uma das crescentes massas de trabalhadores do gozo de seus direitos legais, como a consolidação de um ponderável exército de reserva e o agravamento de suas condições.

De acordo com Azevedo (1997, p. 194):

O processo de precarização das relações de trabalho, com a piora da qualidade dos ‘bons’ postos de trabalho e a baixa rentabilidade dos empregos, mas faixas inferiores de renda parecem acentuar-se na década de 90. Os trabalhadores com carteira assinada diminuíam em todas as regiões metropolitanas.

A tendência a diminuir empregos chegou aos dias atuais, onde, o IBGE em fevereiro de 2005, retratou uma taxa de desocupação de 10,6%. Observe na tabela 11, a taxa de desocupação do Brasil a partir de dezembro de 2003.

TABELA 11 – Taxa de desocupação em (%)

MESES	PORCENTAGEM
12/03	10,9
01/04	11,7
02/04	12,0
03/04	12,8
04/04	13,1
05/04	12,2
06/04	11,7
07/04	11,2
08/04	11,4
09/04	10,9
10/04	10,5
11/04	10,6
12/04	9,6

Fonte: IBGE, 2005.

Observe que em dezembro onde em razão do maior consumo, são abertos inúmeros postos de trabalhos temporário, o número de desocupação é menor, ao passo que de janeiro à abril sobe consideravelmente a taxa de desocupação, abaixa gradativamente nos meses posteriores para atingir seu melhor resultado em dezembro de 2004.

A taxa de desocupação da pesquisa mensal de emprego é realizada com seis regiões metropolitanas, a saber: 1 Recife, 2 Salvador, 3 Belo Horizonte, 4 Rio de Janeiro, 5 São Paulo, 6 Porto Alegre.

A seguir, segue a taxa de desocupação por Região Metropolitana Tabela 12.

TABELA 12 – Taxa de desocupação por Região Metropolitana

Mês/ano	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
12/02	10,5	11,3	14,8	8,3	8,9	11,7	7,5
01/03	11,2	11,7	15,2	7,8	8,3	13,0	7,9
02/03	11,6	12,1	15,0	10,1	8,6	13,6	8,6
03/03	12,1	12,7	16,2	10,3	9,1	13,9	10,0
04/03	12,4	14,0	16,7	10,5	9,2	14,3	9,8
05/03	12,8	15,0	17,3	11,0	9,6	14,6	10,2
06/03	13,0	14,9	17,9	12,1	9,8	14,5	10,2
07/03	12,8	14,2	17,6	11,4	9,6	14,5	9,5
08/03	13,0	15,0	17,6	12,1	9,5	14,9	9,8
09/03	12,9	15,0	17,6	10,8	9,7	14,8	10,1
10/03	12,9	14,4	17,0	11,2	9,4	15,0	10,1
11/03	12,3	14,0	16,4	10,3	8,9	14,0	9,4
12/03	10,9	12,1	15,7	10,4	8,6	11,8	7,9
01/04	11,2	12,8	16,2	12,3	9,8	12,9	7,6
02/04	12,0	12,7	17,1	11,9	10,7	13,6	8,5
03/04	12,8	12,6	17,1	12,1	9,6	14,6	9,6
04/04	13,1	14,3	16,6	11,4	8,9	14,5	10,7
05/04	12,2	13,3	16,2	10,9	8,1	13,6	9,7
06/04	11,7	12,8	14,9	10,5	8,6	13,3	9,5
07/04	11,2	13,4	14,9	10,7	8,8	12,5	8,9
08/04	11,4	13,5	16,6	10,2	8,5	12,6	8,5
09/04	10,9	12,4	15,6	10,2	9,4	11,7	8,7
10/04	10,5	12,1	15,8	9,6	8,5	11,2	7,6
11/04	10,6	11,2	15,9	9,2	9,4	11,2	7,8
12/04	9,6	11,1	15,4	8,5	8,5	9,8	6,6

Fonte: IBGE, 2005.

Segundo o IBGE, em dezembro de 2004 havia 2.1 milhões de desocupados. Foram classificadas como desocupados as seguintes situações:

- Por não estarem trabalhando;
- Estarem disponíveis para trabalhar;
- Terem tomado alguma providência efetiva para conseguir trabalho nos trinta dias anteriores à semana em que responderam a pesquisa.

Destaca-se entre os desocupados:

- 20,9 % estavam em busca do primeiro trabalho.
- 25,2 % eram os principais responsáveis pela família.

Quanto ao tempo de procura de trabalho:

- 20,6 % estavam em busca de trabalho por um período não superior a 30 dias.
- 41 % por um período de 30 dias a seis meses.
- 12,1% por um período superior a seis meses e a menos de 12 meses.
- 26,3 % por um período de pelo menos um ano.

Em dezembro de 2004, estavam na categoria de desocupados 56,8 % de mulheres, contra 51,8 % em dezembro de 2002 e 54,4 % em dezembro de 2003.

Esta taxa de dezembro de 2004, com relação às mulheres é considerada pelo IBGE como a maior dos últimos tempos.

Com relação ao nível de escolaridade:

- Em dezembro de 2002, 38,7 % dos desocupados tinham pelo menos o ensino médio concluído;

- Em dezembro de 2004, 43,8% tinham o ensino médio concluído

Quanto à análise da forma de inserção do trabalhador no mercado de trabalho; foram identificadas as seguintes categorias:

- Empregados com carteira de trabalho assinado no setor privado: 39,5 da população ocupada.
- Empregados sem carteira assinada no setor privado: 16,5 % da população ocupada.
- Trabalhadores por conta própria: 19,8 % da população ocupada.

Observe na tabela 13, a população economicamente ativa nas seis regiões metropolitanas pesquisadas.

TABELA 13 – População economicamente ativa

12/03	21.200
01/04	20.900
02/04	21.000
03/04	21.300
04/04	21.500
05/04	21.450
06/04	21.450
07/04	21.500
08/04	21.600
09/04	21.700
10/04	21.700
11/04	21.800
12/04	21.550

Fonte: IBGE, 2005.

Ainda segundo a pesquisa mensal de emprego realizada pelo IBGE, em dezembro de 2004 os homens eram a maioria dos ocupados: 56,3 % contra 43,7 % das mulheres.

Na análise da distribuição da população economicamente ativa por faixa etária, a Pesquisa Mensal de Emprego, obteve na tabela 14, o seguinte resultado em 2003 e 2004 respectivamente.

TABELA 14 – Distribuição da população economicamente ativa

Ano 2003		Ano 2004	
Idade	(%) PEA	Idade	(%) PEA
10a 14 anos	0,3 %	10 a 14 anos	0,3 %
15 a 17 anos	2,6 %	15 a 17 anos	2 %
18 a 24 anos	18,8 %	18 a 24 anos	16,8 %
25 a 49 anos	61,7 %	25 a 49 anos	63,2 %
50 anos ou mais	16,6 %	50 anos ou mais	17,7 %

Fonte: IBGE, 2005.

Nas primeiras faixas etárias decresceu o número de jovens no mercado de trabalho, comparando o ano de 2003 com 2004. Nas faixas etárias maiores aumentou significativamente o número de indivíduos com alguma ocupação.

Quanto à jornada de trabalho que cada um empreendeu em dezembro de 2004, 46% da população ocupada trabalhou de 40 a 44 horas semanais. As análises dos resultados em relação aos principais agrupamentos de atividades estão disponíveis na Tabela 15.

Como se observa, o setor de comércio apresenta a maior porcentagem de população ocupada, seguida da indústria, transporte, serviços prestados às empresas, educação, serviços domésticos e construção civil.

TABELA 15 – Relação dos principais agrupamentos de atividades

ATIVIDADES	% DE POPULAÇÃO OCUPADA
Indústria extrativa de transformação e distribuição de eletricidade, gás e água.	17,7 %
Construção Civil	7,6 %
comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e comércio à varejo de combustíveis.	19,9 %
serviços prestados às empresas, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira.	13,8 %
serviços domésticos	8,1 %
educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social.	15,1 %
outros serviços (alojamento, transportes, limpeza urbana, e serviços pessoais).	17,3 %

Fonte: IBGE, 2000.

Observando a taxa de desempregados nas regiões metropolitanas é importante lembrar Pochman (2003, p. 30):

A partir de 1.980, contudo, o Brasil ingressou numa fase de estagnação da renda per capita e da desestruturação do mercado de trabalho. As baixas taxas de expansão da economia nacional acompanhada de forte oscilação na produção impediram a geração de postos de trabalho necessários para absorver a população trabalhadora. Com isso, assistiu-se á expansão do desassalariamento (redução do emprego assalariado no total da ocupação), do desemprego e dos postos de trabalhos precários.

Isto nos leva a perceber a desigualdade social existente nos pais, onde uma grande parcela é excluída do direito de trabalhar. De acordo com Pochman (2003, p.35):

O Brasil não conseguiu alcançar o estagio de sociedade salarial, não contando, portanto, com a estruturação do mercado de trabalho e com a distribuição secundária da renda. Mesmo durante o período de maior expansão econômica, entre as décadas de 30 e 70 com a forte expansão do emprego assalariado, permaneceu excluída uma parcela da população.

Estar excluído numa sociedade como a brasileira, uma das maiores economias mundiais é aterrador. Isto acontece porque temos uma das rendas mais concentradas mundiais, isto a curto e longo prazo, tem trazido e irá trazer conseqüências catastróficas que poderiam ser revertidas com a inclusão de indivíduos a uma ocupação, que lhes dê subsídios para terem uma vida que lhes possibilitem viver com dignidade.

Os especialistas em trabalho são unânimes em afirmar, que trabalho com carteira assinada é objeto reciclável e que o pleno emprego no atual sistema não existe. Singer (2003, p. 103) aponta que:

A atual crise do desemprego resulta da atuação de fatores há muito conhecidos numa conjuntura em que os remédios já testados não funcionam mais. A demanda por trabalhadores está se contraindo em setores beneficiados por inovações tecnológicas, entre os quais se destaca a indústria, mas que incluem indubitavelmente boa parte do terciário. Os robôs, o computador e a comunicação por satélite estão eliminando milhões de empregos no mundo inteiro e de nada adianta lamentar-se por eles.

Desde seu início, a civilização tem se estruturado em grande parte, em função do conceito do trabalho. Do caçador/coletor Paleolítico e Fazendeiro Neolítico, ao artesão medieval e operário da linha de montagem do século atual. O trabalho tem sido parte integral da existência diária. Agora, pela primeira vez, o trabalho humano está sendo sistematicamente eliminado do processo de produção. Em menos de um século, o trabalho “em massa” no setor do mercado será provavelmente eliminado em praticamente todas as nações industrializadas do mundo. Uma nova geração de sofisticadas tecnologias de informações e de comunicação estão sendo introduzidas aceleradamente nas mais diversas situações de trabalho. Máquinas inteligentes estão substituindo seres humanos em incontáveis tarefas forçando milhões de trabalhadores de escritório e operários para as filas do desemprego ou, pior, para as filas do auxílio desemprego (RIFKIN, 1995).

As palavras acima expressam a inquietação de Rifkin (1995), acerca de um problema que tem angustiado milhões de seres humanos: o desemprego que tem deixado à deriva cada vez mais indivíduos, e segundo o autor, a tecnologia é a grande vilã neste processo. Ele reitera a questão esclarecendo o seguinte:

O ritmo acelerado da automação está levando a economia global rapidamente para a era sem trabalhadores. [...] O declínio dos empregos no setor da produção faz parte de uma tendência de longo prazo que tem crescentemente substituído seres humanos por máquinas no local de trabalho (RIFKIN, 1995, p. 8).

Como se percebe, a situação é caótica, sendo o trabalho um dos elementos essenciais à sobrevivência humana, é necessário que tenhamos uma ocupação até para a sobrevivência do sistema no qual estamos inseridos.

A crise no mundo do trabalho vem de longa data e a tecnologia que desemprega ajuda a reduzir o tempo de produção e assim conferir maior lucro aos donos dos meios de produção. Em 1904, eram necessárias 1300 horas homem para construir um carro. Em 1932 era possível construí-lo com menos de 19 horas. Aumentos de produtividade semelhante foram alcançados em várias outras indústrias. Entre 1920 e 1929, produtividade na indústria americana aumentou em 40 % na manufatura a produção homem hora aumentou em uma surpreendente taxa de 5,6 % ao ano, entre 1919 e 1929. Ao mesmo tempo, mais de 2,5 milhões de empregos desapareceram. Só no setor na manufatura foram demitidos mais de 825mil operários (RIFKIN, 1995).

O dono do meio de produção para reproduzir o capital, necessita que o trabalhador produza as mercadorias num tempo mínimo. Ao passo que isto é benéfico ao dono do capital, é prejudicial para quem vende sua força de trabalho.

Já em 1836, no primeiro volume do capital, Marx argumenta que os produtores procuram continuamente reduzir os custos de mão de obra e obter maior controle sobre os meios de produção, substituindo trabalhador por bens de capital, sempre e onde for possível. Os capitalistas não lucram apenas com a maior produtividade, custos reduzidos e maior controle sobre o processo de produção, mas paralelamente, com a criação de um imenso exército de trabalhadores desempregados, cujo poder de trabalho está pontualmente disponível para exploração em algum outro lugar de economia (RIFKIN, 1995).

Ao criarem o exército industrial de reserva, os capitalistas fazem com que os trabalhadores demitidos fiquem vulneráveis. Não tendo alternativas quando são reincorporados no mercado de trabalho, tenham salários inferiores aos anteriores e assim, passem a sofrer com a instabilidade, uma vez que reina a lei da oferta e da procura, quanto mais trabalhadores em menos vagas no campo de trabalho, os salários tendem a diminuir consideravelmente, fazendo com que haja uma maior reprodução da pobreza.

Segundo Rifkin (1995, p. 210) um novo exército de reserva começou a surgir a partir dos anos 1990:

Em fevereiro de 1993 o BANK AMÉRICA CORPORATION anunciou que estava passando 1200 cargos de período integral para cargos de meio período. O banco estima que menos de 19 % de seus funcionários serão trabalhadores em período integral num futuro próximo. Aproximadamente 6 de cada dez funcionários do BANK AMÉRICA trabalharão menos de 20 horas semanais, e não receberão benefícios. Recentes decisões de transformar mais cargos de trabalho de meio período foram tomadas para tornar à empresa mais flexível e reduzir custos indiretos.

O mundo todo está seguindo esse padrão. As empresas têm seu quadro de funcionários determinado número fixo e outros temporários, que ao final do ano têm seus contratos rescindidos para não criarem vínculo empregatício.

No Brasil, as empresas estão contratando estagiários, estudantes que ficam na empresa por dois anos, sendo que no final de cada ano, os contratos são rescindidos e renovados no ano seguinte. Ao final de dois anos o estagiário é substituído por outro.

De acordo com Henrique (1998, p. 73):

A crise econômica brasileira, em curso desde o início, dos anos 80 e que perdura por quase duas décadas, tem abalado a conformação econômica construída nas décadas anteriores, que tinha como eixo básico à consolidação da industrialização, assentada na capacidade de intervenção e regulação do Estado e em condições internacionais favoráveis, particularmente no que se refere à disponibilidade de capitais externos. Ao longo desse período, constituiu-se um sistema produtivo complexo que apesar de suas limitações, bastante claras na ausência de autonomia tecnológica e de financiamento, mantinha uma extensa rede de relações intra e intersetoriais e estimulava positivamente o crescimento dos vários setores de atividade econômica, inclusive a agricultura, e das várias regiões dos pais, promovendo sua integração comercial e positiva.

Para Pastore (1998, p. 2):

Considerando-se, grosso modo, que para cada 1% do crescimento do PIB, há um aumento de 300 mil postos de trabalho, a economia brasileira precisará crescer, no mínimo, 5,5% ao ano para acomodar a massa para entrar no mercado de trabalho. No ano de 1997, o país cresceu cerca de 4% e, por isso, acumulou um déficit de aproximadamente 400 mil empregos. Entre 1992 e 1996, o Brasil cresceu 18,3% e, no entanto, o emprego formal, que teria de crescer uns 7,5%, reduziu-se em -0,21%. Isso significa que o crescimento econômico é uma importante condição necessária, mas está longe de ser suficiente para acomodar a população economicamente ativa no trabalho legal. Nos últimos anos, 85% dos novos postos de trabalho foram criados no mercado informal.

Como se observa, o emprego formal tem sofrido reduções drásticas e isto leva a mais desigualdades sociais, em termos de riqueza de renda e de condições de vida. Henrique argumenta que (1998, p. 74):

O avanço econômico do pós-Segunda Guerra até os anos 70 não foi capaz de reduzir as desigualdades sociais então existentes e acabar com a miséria de uma parcela significativa da população brasileira. Pelo contrário, a consolidação de nosso capitalismo industrial envolveu a reprodução e a criação de novas desigualdades sociais, em termos de riqueza, renda e qualidade de vida, gestando um perfil de desigualdade bastante complexo e peculiar, que revela que as camadas sociais inferiores não tiveram um atendimento minimamente satisfatório de um conjunto de necessidades básicas (como alimentação, energia elétrica, saneamento básico, educação, acesso a bens culturais etc.), enquanto as camadas superiores puderam usufruir um padrão de vida e consumo semelhante ao propiciado pelo desenvolvimento capitalista em qualquer parte do mundo.

As palavras acima, nos levam a crer que o sistema capitalista tem condições para resolver os problemas sociais existentes, no entanto a afirmação de Furtado (apud HENRIQUE 1998, p. 74) esclarece que:

Poderemos sempre argumentar que o capitalismo é um sistema que não tem um compromisso intrínseco com o emprego e o atendimento de necessidades sociais básicas do conjunto da população, nem com uma maior igualdade de renda e o desenvolvimento de todos os espaços regionais e nacionais. Sabemos que apenas em certas circunstâncias históricas e em determinados espaços nacionais foi possível conferir uma face mais humana e igualitária ao capitalismo, pelo menos em termos de distribuição de renda e de acesso a bens e serviços básicos. E também que a concentração da propriedade e da renda pode não ser um processo inexorável na consolidação do capitalismo industrial, como revelam algumas experiências de industrialização retardatária rápida, como a da Coreia do Sul. Mas, para que isso ocorresse, foram necessárias soluções alternativas e mais favoráveis para as questões agrárias, educacional e de configuração da estrutura econômica.

Dupas (apud EID et al., 2005, p. 2):

As recentes transformações socioeconômicas ao gerarem uma massa de pessoas supérfluas ao sistema, redirecionaram o foco das discussões sobre problemas sociais. Se antes a grande preocupação era com as condições de exploração na qual a inserção se dava, agora ela tornou-se a dificuldade de encontrar formas de inserção social, quaisquer sejam elas [...] Se anteriormente centravam-se em críticas ao trabalho fabril nos moldes fordistas–alienante, repetitivo, não criativo – mostram-se hoje perplexas com a nova natureza do problema; qual seja, encontrar formas de incorporar indivíduos a esse trabalho.

Segundo Eid et al. (2005, p.2), esse processo gerou uma massa de pessoas excluídas social e economicamente. A abordagem da exclusão social é em sua essência multidimensional,

incluindo não só a falta de acesso a bens e serviços, mas também a segurança, a justiça, a cidadania, ou seja, relacionam-se às desigualdades econômicas, políticas, culturais e étnicas. Pode-se estar excluído do mercado de trabalho (desemprego de longo prazo), de o trabalho regular – *part-time* e precário, do acesso a moradias decentes e a serviços – inclusive público. A exclusão pode vir de dentro do mercado de trabalho com empregos ruins e instáveis, gerando renda insuficiente para garantir padrão de vida mínimo, como a falta de acesso a terra, a segurança e aos direitos humanos.

4.1 MERCADO DE TRABALHO: EDUCAÇÃO E RENDA EM CAMPO MOURÃO

Esta secção tratará da educação e renda em Campo Mourão. Serão analisados dados do IBGE (2000), do Projeto Campo Mourão Estuda, desenvolvido pela fundação Educere de Pesquisa e Desenvolvimento de Campo Mourão. Tentando contrapor a educação e renda com a Teoria do Capital Humano propalada por diversos organismos internacionais, que dizem ser a educação o único meio de reversão das desigualdades sociais.

O município de Campo Mourão possui atualmente 195 indústrias, abrigando 3.342 funcionários que representa uma média de 17,1 funcionários por empresa (Souza 2002:24). Estes dados podem ser vistos na tabela 16.

TABELA 16 – Composição das empresas e números de Funcionários (Campo Mourão- PR)

	ATIVIDADE	EMPRESAS	%	FUNCIÓNÁRIOS	%
SETOR	Indústria	195	6,5	3.342	22,0
	Comércio	1.139	38,0	3.935	25,9
	Serviços	1.663	55,5	7.910	52,1
NATUREZA	Pública	160	5,3	2.260	14,9
	Privada	2.837	94,7	12.927	85,1
PORTE	Micro	2.807	93,6	6.736	44,3
	Pequena	161	5,4	3.273	21,6
	Média	27	0,1	2.681	17,7
	Grande	2	0,1	2.497	16,4
	TOTAL	2.997	100,0	15.187	100,0

Fonte: Souza, 2002.

Em Campo Mourão a agropecuária representa 7,3 % do total do PIB (Produto Interno Bruto), a indústria 23,3 % e os serviços (públicos e privados) 69,4 %. A População Economicamente Ativa – PEA, no município de Campo Mourão é da ordem de 55,3% (SOUZA, 2002).

No setor de microempresas, destaca-se em números de empresas aquelas voltadas à atividade de fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria, confecções de peças de vestuários e fabricação de móveis, com predominância de madeira.

As atividades voltadas para a fabricação de amidos e féculas de vegetais e fábricas de óleo de soja são responsáveis por 61,4 % dos funcionários efetivados no setor industrial, seguido pela atividade de fabricação de produtos de padaria, confeitaria e padaria, que representa 6,6 % de mão-de-obra do segmento (SOUZA, 2000).

Observando a tabela percebe-se que os setores de serviços são responsáveis pelo maior número de empregos (52,1 % do total). E que o setor privado domina o cenário em Campo Mourão tanto em quantidade (94,4 %), quanto em números de emprego (85,1%).

A tabela também permite visualizar o maior número de micro-empresas que empregam no máximo 20 funcionários, as pequenas empresas empregam no máximo 100 funcionários.

Para Souza (2002, p. 25), as pequenas e micro-empresas, embora muitas vezes desfrutem de um mercado favorável, sofrem além da concorrência, pressões de fornecedores de clientes e da conjuntura globalizante. Esse contexto é particularmente hostil à sua sobrevivência. Se por um lado, essas empresas não conseguem usufruir da economia de escala que auxiliam a sustentar as de maior porte, por outro, não conseguem aproveitar uma agilidade dita natural de

empresas de menor porte, por não possuírem conhecimento, organização, capital, recursos humanos e materiais para investimentos em tecnologia e promoção de mudanças.

Conforme já exposto, a pesquisa nasceu de uma experiência como coordenadora e professora do Projeto Campo Mourão Estuda, desenvolvido pela Fundação Educere de Pesquisa e Desenvolvimento com apoio do Sindicato Patronal e Associação Comercial de Campo Mourão, visando incentivar os funcionários das empresas associadas à Associação Comercial, a retomarem os estudos com propósito de aumentar o lucro dos empresários. A argumentação era que os trabalhadores teriam maior renda e sentiriam melhores como seres humanos.

Após o envolvimento com o referido projeto, concluí-se que não era o objetivo melhorar a vida do trabalhador, nesta perspectiva nos utilizamos da Teoria do Capital Humano para analisar o contexto da pesquisa. A construção dessa teoria aconteceu no grupo de estudos que Theodoro Schultz coordenava na década de 50 nos EUA, a partir da pesquisa nasce o livro a Teoria do Capital Humano. Segundo Oliveira (2005, p. 2):

A Teoria do Capital Humano afirma que uma maior escolarização contribui diretamente para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, em função de um aumento de renda que decorre, diretamente, da sua melhor qualificação para o desempenho no mercado de trabalho. Em outras palavras, o incremento da produtividade- decorrente do aumento da capacitação- levaria a que o indivíduo também se beneficiasse pelo aumento dos seus salários.

No sistema capitalista de produção, a apropriação da riqueza é desigual conflituosa. Vive-se neste início do século XXI um verdadeiro desmonte em relação ao emprego. A apropriação da riqueza gerada quando o trabalhador vende sua força de trabalho, não é repartida com o trabalhador, ou seja, ao produzir mais o trabalhador não se apropria do lucro excedente.

Assim, nem sempre a maior escolarização resulta em melhoria de qualidade de vida e nem de maior renda, como já exposto. O número de desempregados é infundável, por isso, o trabalhador não vê possibilidade de escolha mesmo que tenha tido acesso a um grau de escolaridade maior.

Para Frigotto (1996), a teoria do capital humano traz a idéia chave de que um acréscimo marginal de instrução, treinamento e educação, correspondem um acréscimo marginal de capacidade de produção. Ou seja, a idéia de capital humano é uma quantidade ou um grau de educação e de qualificação, tomado como indicativo de um determinado volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas, que funcionam como potencializadoras da capacidade de trabalho e de produção. Dessa suposição deriva-se que o investimento em capital humano é um dos mais rentáveis, tanto no plano geral do desenvolvimento das nações, quanto no plano da mobilidade individual.

De acordo com Oliveira (2005, p. 2)

Como contraponto a esta teoria, há que ser visto que a produtividade não decorre só e nem primordialmente do aumento da qualificação, mas principalmente da automatização do processo produtivo. É bom que se observe que o sistema capitalista busca, cada vez mais, retirar do trabalhador o controle do seu processo de trabalho. Conseqüentemente, como haveria por parte do sistema capitalista a busca de uma maior qualificação do trabalhador se é exatamente o contrário o seu objetivo?

Assim, a teoria do capital humano teve rápida disseminação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos através de inúmeros organismos como: BID, BIRD, OIT, UNESCO, FMI, USAID, UNICEF, CEPAL e CINTERFOR.

Esses organismos concordam entre si que o maior investimento em educação básica representa a única possibilidade real de reversão das desigualdades sociais. Na obra do Ipardes de 2000, *Redes urbanas Regionais Sul* diz que: como elemento de mobilidade social, a instrução é fundamental para que indivíduos e grupos sociais sejam ou não incluídos entre os que têm acesso aos benefícios e vantagens que as cidades podem oferecer.

Nesse sentido, a Revista Veja trouxe em fevereiro de 2005, uma reportagem mostrando os benefícios que a Coréia está tendo por ter investido em educação. A reportagem faz uma comparação entre Brasil e Coréia, a partir de 1960, quando este último país tinha uma renda *per capita* de 900 dólares por ano, enquanto a do Brasil era de 1800 dólares por ano. Atualmente, a renda per capita da Coréia é de 17.900 dólares por ano, a do Brasil é de 7500.

A Coréia exibe atualmente, uma economia com crescimento surpreendente. Apenas 2% dos coreanos são analfabetos, contra 39% de brasileiros. Oitenta e dois por cento dos habitantes da Coréia entram na universidade contra 18% dos brasileiros. Estas mudanças foram possíveis, a partir do investimento no ensino fundamental, ou seja, o investimento público concentrou-se nessa faixa, ficando o ensino superior para a iniciativa privada (REVOLUÇÃO..., 2005).

A matéria da Revista Veja mostra a veracidade entre maior escolarização e alta do PIB, o que nos dá a certeza de que quanto maior for o nível de escolarização de um país, mais sua economia cresce e como consequência, muitos de seus problemas sociais deixam de existir, ou pelo menos são atenuados.

Para Franco (2002, p. 174) o Brasil enfrenta o desafio de começar a reestruturação produtiva pela reestruturação social. O país tem uma população economicamente ativa de 74 milhões de trabalhadores, onde 38% têm menos de quatro anos de estudo e cerca de 20% são analfabetos. Destes, aproximadamente, 80% são jovens entre 15 e 30 anos de idade; 4 a 5 milhões de crianças de 7 a 14 anos estão fora da escola; somente 16% dos jovens entre 15 e 24 anos chegam à escola média; apenas 15,4% tinham concluído o ensino médio; e na indústria de transformação, somente 7,4% tinham o segundo grau completo.

Estes dados são importantes para entender porque, em 1988, os dados do Banco Mundial mostravam que a renda *per capita*, nos países de economia de alta renda era de 17.000 dólares e nos países de economia de renda média ou baixa era de 1980 a 1380 dólares (FRANCO, 2002).

A educação, nos países desenvolvidos é tratada como primordial. Daí, o resultado que esses países alcançam em sua economia, resultado dessemelhante para os países pobres. O trabalho que segue, não nega a superioridade da educação. Questiona qual o verdadeiro papel das inúmeras instituições em relação a maior escolarização dos trabalhadores. A esse respeito ver Frigotto (1989) e Oliveira (2005).

A esse respeito, Oliveira (2005) argumenta que: a defesa de uma maior atenção à educação por parte destas instituições não vem acompanhada de uma reflexão crítica sobre as conseqüências nefastas, advindas da internacionalização econômica, na qual a maioria dos países do terceiro mundo participa subordinadamente. Desta forma, a apologia à competitividade desenvolvida por essas instituições, expressa uma saída ideológica para uma situação de difícil resolução nas nações em desenvolvimento.

Projetos como esse, desenvolvido em Campo Mourão, demonstram o pensamento da classe dominante que nos quer fazer acreditar que a solução está em nossas mãos, já que alguns conseguem, todos têm possibilidades. O discurso da teoria do capital humano nos remete à idéia de que todos têm condições de competir no mercado de trabalho e com isso melhorar suas condições econômicas, no entanto, nos últimos anos, apesar de um número cada vez maior de indivíduos terem estudado, persistem as desigualdades sociais.

Isto demonstra que o sistema capitalista de produção traz em seu bojo inúmeras contradições, que só serão resolvidas quando o fator lucro excessivo deixar de ser regra.

Franco (2002) nos traz a seguinte informação:

Há um claro-escuro da aparência, da ideologia em torno da visão do trabalho, do emprego e da formação profissional e a multiplicidade de visões, segundo o ponto de vista dos sujeitos envolvidos, Estado, empresários e trabalhadores.

Para Franco (2002), do ponto de vista dos empresários, a formação profissional tem um endereço claro, aumentar a produtividade do trabalho, a qualidade e a competitividade dos produtos, gerar riqueza. Há ainda aí, uma questão do poder de visão de quem vê e não é visto, de quem decide quais devem ser as mudanças, em que tempo e espaço, com que objetivos, com que meios, em que condições, com que trabalhadores.

Quanto aos trabalhadores e as suas necessidades de sobrevivência, parece haver menor clareza quanto às opções concretas de formação profissional para a aquisição de novas habilidades e conhecimentos, para valorização de sua força de trabalho.

Do ponto de vista do Estado, há que considerar seu papel regulador, a correlação de forças políticas e os setores sociais hegemônicos. A diminuição do papel regulador do Estado, conforme a orientação das políticas neoliberais no controle econômico do mercado mundializado, obriga à historicização de cada situação, à análise das conquistas consolidadas em leis e em cultura política de maior ou menor proteção do trabalhador e do trabalho face às transformações em curso.

O ponto de vista dos empresários, segundo Franco (2002), nos permite entender o Projeto Campo Mourão Estuda, e, também os esforços de organismos como Banco Mundial, Cepal, FMI. As reuniões semanais que os coordenadores do referido projeto tinham, eram carregadas de conselhos para que, ao passo que os trabalhadores retornassem à escola, aumentassem seus lucros.

Um empresário nos disse que “um de seus funcionários não entendia que o fato de possuir um talão de cheques, não significava que teria que ter dinheiro depositado no banco”. Outro empresário afirmou que, “se seus funcionários voltassem a estudar aprenderiam a atender seus clientes com melhor qualidade, seus lucros cresceriam e seus funcionários poderiam ser melhor remunerados”.

Observa-se que, o aumento da produtividade propalado pela Associação Comercial de Campo Mourão, torna evidente, que a classe dominante no poder trabalha para acumular. Ao passo que quem vende sua força de trabalho, de acordo com Singer (2000, p. 13), desempenha o mesmo papel que as mercadorias nas prateleiras, ou seja, eles evitam que os salários subam. Para Singer, o número excessivo de trabalhadores, possibilita que a massa salarial continue baixa.

Para a realização deste trabalho foram selecionadas 982 entrevistas num universo de mais de 2.800 entrevistas. Estas entrevistas foram feitas em 550 empresas de Campo Mourão entre os meses de maio e julho de 2003. Cotejamos as informações obtidas na pesquisa, com dados do IBGE.

O Gráfico 3 mostra, segundo o censo do IBGE (2000), o número de indivíduos e seu grau de escolaridade. O gráfico mostra o resultado da pesquisa feita pelo IBGE (2000), onde mais de 70% dos pesquisados estudaram até 10 anos de estudo, o que representa um pouco menos do que o ensino médio completo que corresponde a 11 anos de estudo.

Uma quantidade mínima se levarmos em conta, o elevado número de indivíduos que concluíram o ensino superior, e estão fora do mercado de trabalho ou têm acesso a baixos salários, como acontece em Campo Mourão. Neste sentido, o gráfico 3 será esclarecedor, uma vez que será possível fazer um contraponto entre este e o gráfico 4.

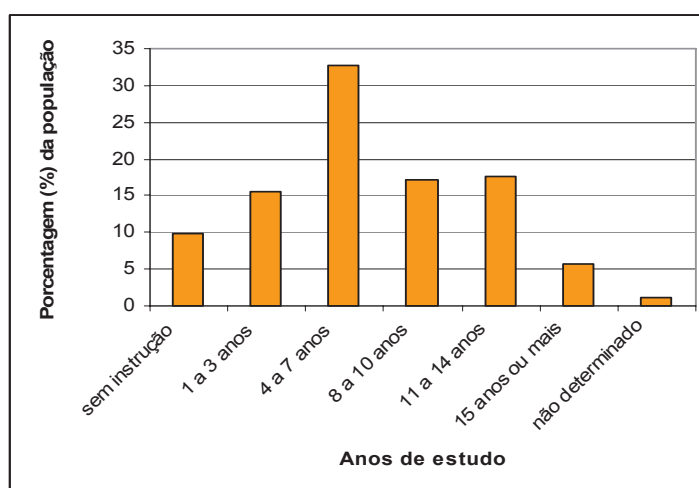


GRÁFICO 3 – Comparação dos anos de estudo com o número de pessoas em Campo Mourão, segundo o IBGE.

Fonte: IBGE, 2000.

Os números do gráfico demonstram o seguinte resultado:

- 6498 indivíduos com 10 anos ou mais de idade que não tem nenhuma instrução ou menos de 1 ano de estudo, o que representa uma porcentagem de 9,93%.
- 10.231 pessoas com 10 anos ou mais de idade tem como grau de instrução de 1 a 3 anos de estudo, representando uma porcentagem de 15,63%.
- 21.478 pessoas com 10 anos ou mais de idade tem como grau de instrução de 4 a 7 anos de estudo, representando uma porcentagem de 32,81%.
- 11.218 pessoas com 10 anos ou mais de idade tem como grau de instrução de 8 a 10 anos de estudo, representando uma porcentagem de 17,13%.
- 11.574 pessoas com 10 anos ou mais de idade tem como grau de instrução de 11 a 14 anos de estudo, representando uma porcentagem de 17,68%.
- 3781 pessoas com 10 anos ou mais de idade tem como grau de instrução 15 ou mais anos de estudo, representando uma porcentagem de 5,78%.
- 670 pessoas com 10 anos ou mais de idade informaram anos de estudos não determinado, representando uma porcentagem de 1,023%.

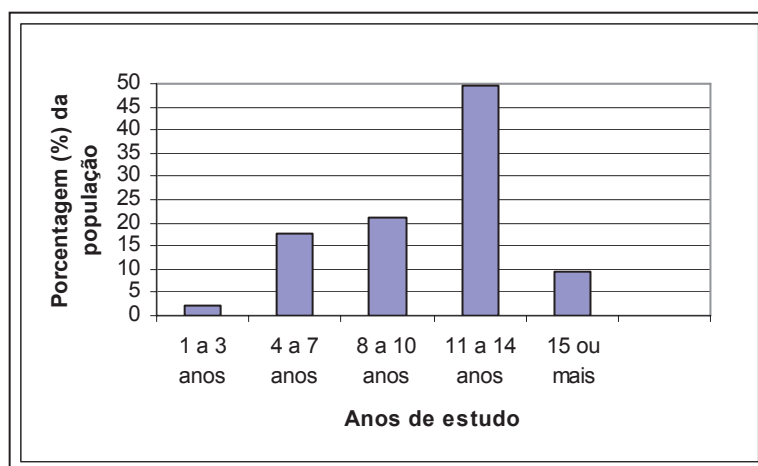


GRÁFICO 4 – Comparação dos anos de estudo com o número (a porcentagem) de pessoas em Campo Mourão.

Fonte: Adaptada pela autora da Fundação Educere de Pesquisa e Desenvolvimento.

O gráfico mostra a pesquisa do Projeto Campo Mourão Estuda, onde 23 trabalhadores têm como instrução 1 a 3 anos de estudo, representando uma porcentagem de 2,34%.

172 trabalhadores têm como grau de instrução 4 a 7 anos de estudo, representando uma porcentagem de 17,51%.

208 trabalhadores têm como grau de instrução 8 a 10 anos de estudo, representando uma porcentagem de 21,18%.

488 trabalhadores têm como grau de instrução 11 a 14 anos de estudo, o que representa uma porcentagem de 49,69%.

91 trabalhadores têm como rendimento 15 anos ou mais de estudo, representando uma porcentagem de 9,27%.

Como já foi ressaltado anteriormente, estamos trabalhando com 982 questionários com trabalhadores associados à Acicam (Associação Comercial de Campo Mourão).

Como se observa, os números da pesquisa revelam que a categoria de 11 a 14 anos de estudo, representa um percentual de 49,69% diferente da pesquisa do IBGE (2000), onde o percentual maior se encontra na categoria de 4 a 7 anos de estudo. Isto pode ser explicado levando-se em conta que os dados da pesquisa do projeto Campo Mourão Estuda, abrangem as 550 empresas pesquisadas, diferente dos dados do IBGE, que trabalham com grande parte dos habitantes de Campo Mourão.

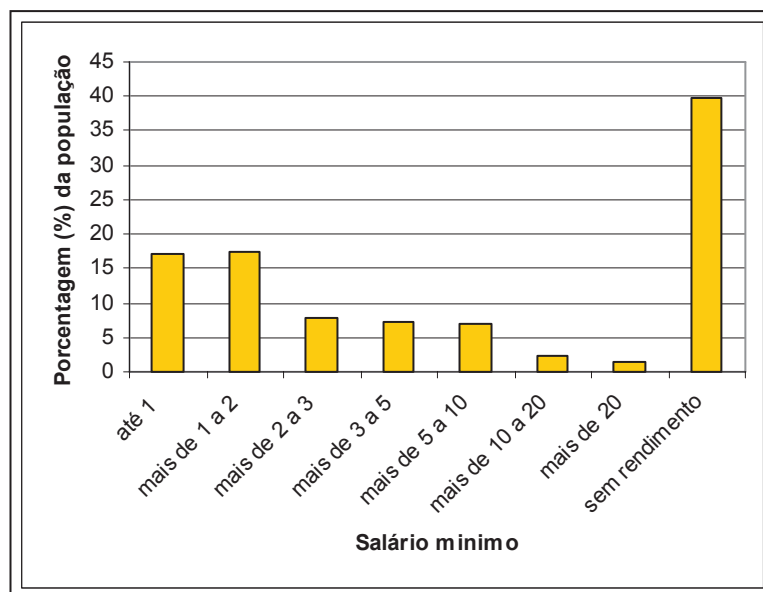


GRÁFICO 5 – Comparação do percentual de pessoas com o salário em Campo Mourão segundo o IBGE.

Fonte: IBGE, 2000.

O IBGE mostra no censo demográfico (2000), que:

- 11.138 pessoas têm como rendimento até um salário mínimo, representando uma porcentagem de 17,02%.
- 11.307 pessoas têm como rendimento mais de um a dois salários mínimos, representando uma porcentagem de 17,28%.
- 5037 pessoas têm como rendimento mais de dois a três salários mínimos, representando uma porcentagem de 7,70%.
- 4778 pessoas têm como rendimento mais de três a cinco salários mínimos, representando uma porcentagem de 7,30%.
- 4519 pessoas têm como rendimento mais de cinco a dez salários mínimos, representando uma porcentagem de 6,90%.
- 1603 pessoas têm como rendimento mais de dez a vinte salários mínimos, representando uma porcentagem de 2,45%.

- 990 pessoas têm como rendimento mais de vinte salários mínimos, representando uma porcentagem de 1,51%.
- 26.078 pessoas com dez ou mais anos de idade não têm nenhum rendimento, representando uma porcentagem de 39,84%.

Se considerarmos a população total de Campo Mourão que conta com mais de 80.000 habitantes, teremos a porcentagem de mais de 60% de habitantes com 10 anos ou mais de idade, que se encontram nas categorias sem nenhum rendimento, até um salário mínimo e mais de um a dois salários mínimos. O gráfico 5, se comparado com o gráfico 6, mostra que os dados do IBGE (2000), apresentam uma porcentagem maior de rendimento, na faixa de mais de um a dois salários mínimos, enquanto que os dados da pesquisa que nos propomos a realizar, apresentam um resultado da maioria dos trabalhadores ganhando até um salário mínimo.

O gráfico 6 mostra a média salarial de trabalhadores de Campo Mourão, segundo dados obtidos no Projeto Campo Mourão Estuda. A figura demonstra que a maior parte dos trabalhadores tem acesso a salários miseráveis, e a média de grau de escolaridade mostrada acima, esclarece que maior grau de escolaridade não vem acompanhado de melhores salários.

Frigotto (1996), explica porque os empresários, os chamados homens de negócios, caso dos empresários de Campo Mourão, incentivam a educação para seus trabalhadores: na perspectiva das classes dominantes, historicamente, a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores, deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital.

No Projeto Campo Mourão Estuda, os coordenadores do projeto eram treinados para que os empresários que participavam do projeto, fossem reconhecidos como os responsáveis para a futura melhoria de vida que teriam ao participar do projeto. Todo dia de aula, ressaltava-se a importância do projeto para que os trabalhadores tivessem uma vida melhor. Como se observa, é a importância do capital humano para o desenvolvimento de Campo Mourão.

O gráfico 6 e a tabela 17 são interessantes para a compreensão da importância do Projeto Campo Mourão Estuda, seguindo o ideário de inúmeros organismos nacionais e internacionais.

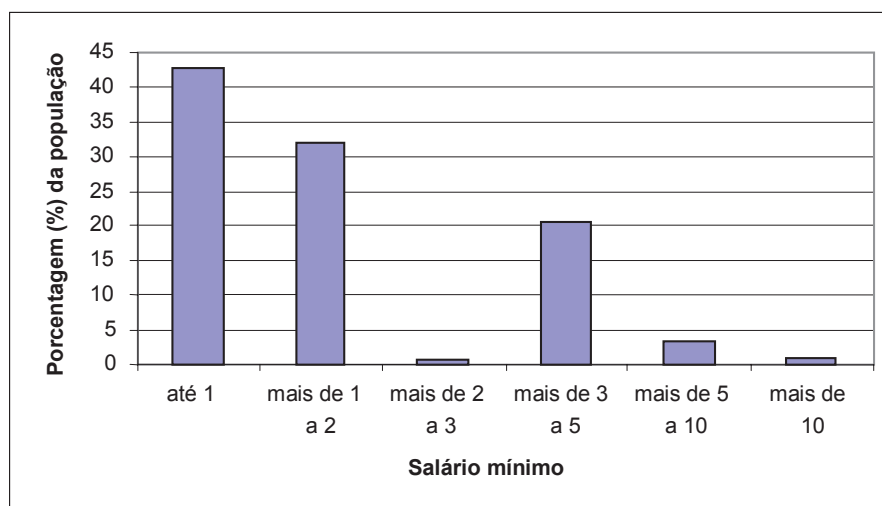


GRÁFICO 6 – Relação do número de pessoas com os salários recebidos em Campo Mourão.
Fonte: Fundação Educere de Pesquisa e Desenvolvimento (2003).

O gráfico mostra que 419 trabalhadores recebem pelo trabalho que prestam até um salário mínimo, 314 têm como rendimento mais de um a dois salários mínimos, 6 pessoas têm como rendimento mais de dois a três salários mínimos, 202 trabalhadores têm como rendimento mais de três a cinco salários mínimos, 33 trabalhadores têm como rendimento mais de cinco a dez salários mínimos, 8 trabalhadores têm como rendimento mais de dez salários mínimos, e na categoria de mais de vinte salários mínimos, não foi encontrado nenhum trabalhador. Pelo gráfico 6 percebe-se que um pouco

mais de 42% dos trabalhadores pesquisados têm como rendimento um salário mínimo, isto representa um grande número uma vez que, são utilizados para a pesquisa 982 entrevistas. A tabela 17, que se segue, compara o grau de instrução com os salários recebidos.

TABELA 17 – Comparação de salário com anos de estudo em Campo Mourão

Nº DE PESSOAS	ANOS DE ESTUDOS	SALÁRIO
38	0 a 4	1
61	5 a 7	1
38	8	1
47	9 a 10	1
208	11	1
27	12 a 16	1

Fonte: Fundação Educere de Pesquisa e Desenvolvimento, 2003.

Pelo exposto, observa-se que nem sempre uma maior qualificação no tocante ao grau de escolaridade assegura ao trabalhador aumento de salário, uma vez que mesmo indivíduos que têm alto grau de instrução não tem tido acesso ao mercado de trabalho.

Isto acontece porque, segundo Singer (2003, p. 120):

É preciso que fique bem claro que a maior qualificação dos trabalhadores, insistentemente reclama pelos empregadores, não é solução para o desemprego. O aumento da qualificação não induz os capitais a ampliar a demanda por força de trabalho, pois esta depende basicamente do crescimento dos mercados em que as empresas vendem seus produtos. Se todos os trabalhadores desempregados incrementassem seu nível de qualificação, o único resultado seria uma concorrência mais intensa entre eles, com possível queda dos salários, pagos. A qualificação maior interessa ao trabalhador individual para obter uma vantagem na luta por emprego, mas só traria vantagem aos trabalhadores em conjunto se fosse possível negociar escalas de salários que remunerassem melhor os de mais qualificação, sem reduzir o ganho dos menos qualificados.

Os fundadores da Teoria do Capital Humano, diziam que os trabalhadores mais educados são também os mais produtivos. Schultz apud Pastore (1998), diz que os salários foram usados como ‘proxies’ de produtividade. E, de fato, a relação entre educação e salários sempre foi

clara e positiva. Dedeca (1998), afirma que “se na experiência dos países desenvolvidos, o debate sobre qualificação e competência apareceu como fenômeno intrínseco às mudanças nos processos de trabalho e nos sistemas nacionais de relações de trabalho, observa-se que na experiência brasileira ele surge principalmente como elemento do discurso dos gestores da nova política econômica e como sua justificativa”.

As colocações trazem à memória o início do Projeto Campo Mourão Estuda. Na cerimônia de abertura do projeto, muitos empresários se comprometeram a doar determinada quantia ao trabalhador que retornasse à escola. Como consequência, muitos vieram na volta à escola uma melhoria em sua minguada renda mensal. Quando o trabalhador desistisse das aulas a ajuda terminaria. Um senhor nos relatou que “só freqüentava as aulas de alfabetização para ajudar no tratamento da esposa doente, mas não tinha condições de acompanhar a matéria dada em sala de aula”. Outros alegaram “não ter condições de pagar ônibus para chegar ao local das aulas”. Disseram morar em lugar violento e não terem condições de usar a bicicleta, que servia como meio de transporte para chegar ao trabalho.

Todo o projeto nos remete à Teoria do Capital Humano que disseminou nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos mediante o BID, BIRD, OIT, UNESCO, FMI, USAID, UNICEF, CEPAL e CINTERFOR, a necessidade do investimento em capital humano como panacéia da solução das desigualdades sociais (FRIGOTTO, 1996, p. 41). Para o autor, esses órgãos representam predominantemente a visão e os interesses do capitalismo integrado ao grande capital.

Frigotto (apud OLIVEIRA, 2005, p. 2) esclarece que:

Para compreender a Teoria do Capital Humano faz-se necessário não só apreender o seu processo de construção, mas, antes, entender como esta se articula com o desenvolvimento do sistema capitalista. Em outras palavras, para o autor não é possível apreender o seu conteúdo se não se buscar uma articulação entre o que se dá no âmbito da infra-estrutura (economia), com o que se dá no campo superestrutural. A teoria como uma formadora de pensamento, e sendo formulada para justificar as contradições do sistema capitalista, tem como objetivo a manutenção das relações de força e de desigualdade existentes. Pois, como já diziam Marx e Engels, idéias dominantes numa determinada época são aquelas formuladas pelas classes dominantes.

A Teoria do Capital Humano, por apresentar um viés empiricista e por sua construção pautar-se num referencial epistemológico nitidamente positivista, constrói-se dentro de um modelo de análise que não consegue visualizar a totalidade dos fatores que determinam as relações sociais. Consideram os fatores isoladamente e busca na sua somatória, a complexidade dos fatores explicativos de uma totalidade maior.

Os dados apresentados sobre a cidade de Campo Mourão, demonstram que a cidade pela renda que apresenta, sofre de inúmeros problemas sociais. Com a perda do poder de compra do salário mínimo, o trabalhador não sabe que rumo tomar, se paga o aluguel ou investe na alimentação, imprescindível para sua sobrevivência.

Daí a existência de tantas aglomerações miseráveis, sem a mínima condição de sobrevivência. O trabalhador deve ser culpado pela situação em que se encontra? Não deveria, mas ocorre o contrário. Muitos chegam a uma condição de tamanha degradação que não percebem que se a renda fosse melhor distribuída não existiriam tantos miseráveis perambulando pela vida afora. Perdem a auto-estima e não se acham capazes de tomar as rédeas de seu destino. A classe dominante no poder nos conclama a sermos empreendedores. O indivíduo que tem um histórico de miserabilidade consegue ele próprio resolver seu problema?

A pesquisa do Projeto Campo Mourão Estuda, nos revela a idade dos trabalhadores entrevistados, os dados poderão ser visualizados no gráfico 7.

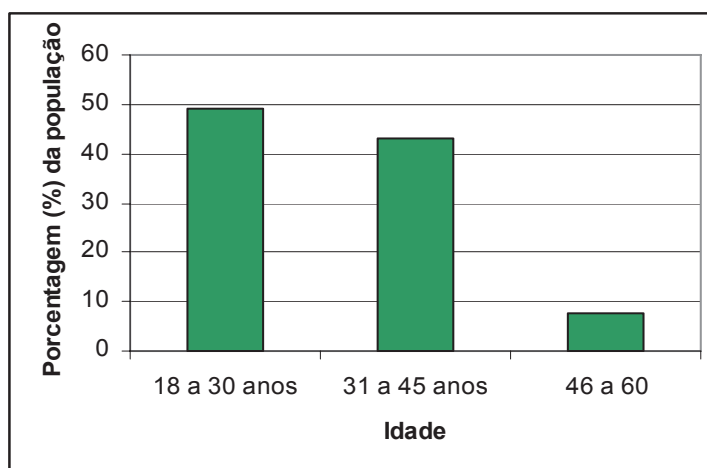


GRÁFICO 7 – Média/Classe de idade dos trabalhadores pesquisados em Campo Mourão.

Fonte: Fundação Educere de Pesquisa e Desenvolvimento, 2003.

O gráfico permite visualizar a seguinte faixa etária que trabalha nas empresas associadas à Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão:

- 484 trabalhadores com idade de 18 a 30 anos representando uma porcentagem de 49,28%.
- 424 trabalhadores com idade de 31 a 45 anos representando uma porcentagem de 43,18%
- 73 trabalhadores com idade de 46 a 60 anos representando uma porcentagem de 7,54%.

Portanto, nesta pesquisa mais de 90% dos trabalhadores estão na faixa etária de 18 a 45 anos.

No caso da faixa etária de 18 anos, os baixos salários são justificáveis. Podem estar no primeiro emprego, ou não terem tido acesso a universidade.

Nas outras faixas etárias, os salários baixos vêm afirmar o que já sabemos: o trabalhador não consegue ter acesso a uma renda condizente com suas necessidades.

Como já ressaltado anteriormente, analisar dados de renda, escolaridade e idade dos trabalhadores das empresas associadas à Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão, possibilitará que se compreenda o porquê dos problemas sociais de Campo Mourão.

É comum ouvirmos que será pelo âmbito da competição e pelo esforço próprio que se conseguirá alcançar melhores condições de vida. Ou seja, seu destino está em suas mãos, cabe a você transformá-lo. Nesse sentido, Campo Mourão apresenta dados de renda que negam essa afirmação. Por que isto acontece? Os dados mostrados acima em relação a salários e anos de estudo, demonstram que em Campo Mourão a recíproca não é verdadeira, isto se levarmos em conta que estamos falando de trabalhadores em sua maioria de micro e pequenas empresas. O discurso aqui presente dá a impressão que está se fazendo um boicote a educação e ao que ela representa. Ao contrário do que as afirmações nos levam a crer está se fazendo uma crítica contundente a organismos internacionais, que não levam em conta as especificidades do mercado de trabalho ao propor medidas para mais e mais educação escolar. No caso do Projeto Campo Mourão Estuda, a crítica é dirigida aos órgãos que idealizaram o projeto.

Para Oliveira (2005), O discurso que apregoa a sociedade do conhecimento e a necessidade de novas habilidades dos trabalhadores, buscando com isso regular a política educacional, na prática serve mais uma vez como mecanismo ideológico que tenta ocultar as relações de exploração e de aprofundamento das desigualdades sociais que estamos vivendo neste final de século.

A elite de Campo Mourão, aqui representada pelos donos do negócio, no dizer de Frigotto (1006), ao idealizar o referido projeto estava preocupada em colocar a cidade em outro

patamar que não o de inúmeros analfabetos e de mais de 8000 indivíduos abaixo da linha de pobreza, como o divulgado pelo Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR). Com a adoção do projeto, ouvi de um empresário que se os trabalhadores de Campo Mourão, retomassem seus estudos, o nível de pobreza da cidade considerada a mais equipada da mesoregião, melhoraria. O que ele esqueceu de acrescentar é que para que tal intento fosse alcançado, os trabalhadores teriam que ter acesso a um salário digno.

A tabela 17 mostra que o discurso de aumento da escolaridade serve, como justificativa para que empresários paguem baixos salários aos seus funcionários. O discurso presente em Campo Mourão é que o salário é baixo em razão da menor escolaridade, o que em muitas vezes se torna discurso mentiroso, uma vez que muitos trabalhadores têm um grau superior de educação e continuam ganhando pouco.

Para Frigotto (1996), não basta apenas o investimento na formação e qualificação da força de trabalho, para que haja um maior acesso a riqueza produzida por parte da população. A possibilidade de distribuição dessa riqueza depende, exclusivamente, de uma mudança das relações de poder e de uma codificação radical do sistema de produção.

O neoliberalismo, doutrina econômica assumida pela grande maioria dos governos mundiais, onde a presença do Estado é mínima, não tem tido competência para resolver as desigualdades sociais existentes em todos os níveis.

O mundo do trabalho, particularmente, com a adoção da doutrina neoliberal tem sofrido intensas transformações, ter acesso a educação de qualidade está sendo para muitos a esperança de um futuro mais seguro. Pais abastados ou não, têm destinado boa parte de seus

recursos para a escola dos filhos. Se alguém lhes disser que não haverá resultado nenhum, seu mundo sofrerá intensa reviravolta.

Para Frigotto apud Oliveira (2005), cabe neste momento, aos setores da esquerda, a construção de um novo referencial ético, cujo horizonte seja a constituição de novos sujeitos sociais. Neste sentido, a escola passa a ter um papel fundamental. Não uma escola reducionista, subordinada a lógica do capital, mas uma escola comprometida com a constituição de sujeitos de formação integral. Que tenha como objetivo o desenvolvimento de uma formação omnilateral e que possa contribuir efetivamente, para que novos sujeitos sociais possam se inserir na vida política e desenvolver estratégia de lutas concretas contra a ofensiva neoliberal. Nesse sentido, a educação tem o papel de libertadora, onde quem tem acesso a esse mundo, começa a ver o mundo com outro olhar, o olhar de quem sabe quando está sendo levado por um engodo e ao tomar consciência disso começa a lutar por seus direitos.

Frigotto (1996, p. 17) observa o seguinte: ao mesmo tempo que devemos combater teórica e politicamente a tese do mercado como regulador das relações humanas, mostrando sua incapacidade de regular direitos fundamentais (saúde, educação, cultura etc.), necessitamos afirmar a democracia como valor universal e a solidariedade como base da utopia socialista.

A tabela 17 demonstrada na página 111 ao mostrar a relação entre pessoas, anos de estudo e salário demonstra que alguns indivíduos, mesmo ao completarem o ensino superior, não têm conseguido alcançar um maior ganho, visto que seus rendimentos coincidem com o mesmo dos extratos de um a onze anos de estudo. Quando os trabalhadores de Campo Mourão foram convidados a retornarem aos estudos, através da Fundação Educere, muitos não demonstraram

nenhuma expectativa alegando não haver compensação financeira. Um dos empresários, quando convidado a dar condições para seus funcionários voltarem à escola, disse que “havia construído todo seu patrimônio somente com a educação básica”. Uma exceção entre os empresários entrevistados. Proprietário de confecção para uniformes empresariais, “não conseguia enxergar a finalidade de seus funcionários voltarem à escola”.

Além disso, a regra é uma massa salarial achatada e que corresponde a inúmeras horas de trabalho. O que acontece é que a população não consegue lutar por outro salário que lhes possibilite viver com dignidade.

Conversando com a trabalhadora de uma loja de roupas fiquei conhecendo de perto a realidade deste setor. A trabalhadora me informou que “durante os três meses que estivesse na experiência ganharia um salário mínimo e se passasse na experiência ganharia o mesmo salário mínimo, mas competiria com as outras vendedoras com prêmios que iriam de 50 a 300 reais”.

Como se observa, a regra usada por este dono de negócio em questão é fazer com que suas vendedoras entrem em competição entre si para ter acesso a uma gratificação para melhorar seus rendimentos. Uma estratégia do sistema capitalista de produção, que fará com que o dono dos meios de produção obtenha um ganho excessivo em contradição com os trabalhadores, que precisarão empreender esforços maiores para ter uma melhoria ínfima em seu orçamento.

Max-Neff (1993 apud TIRIBA, 1998) lembra que: as necessidades humanas não são determinadas historicamente e tampouco são infinitas. Elas são finitas, poucas, classificáveis

e são as mesmas em todas as culturas e em todos os períodos históricos, combinando questões de ordem existencial e axiológica. Nesta perspectiva, todos os seres humanos têm necessidade de ser, ter, fazer, estar, de subsistência, de proteção, afeto, entendimento, participação, lazer, criação, identidade e liberdade.

Dado que cada sistema econômico, social e político elege e cria diferentes estilos para satisfação das necessidades, o que é historicamente determinado, o que varia de cultura para cultura, são os meios pelos quais os homens pretendem (e podem) satisfazê-las. Se, de um lado, a satisfação de uma necessidade pode ter como requisito a realização de vários satisfatores; de outro, um satisfator pode representar a satisfação de várias necessidades (TIRIBA, 1998, p. 211).

As citações acima deixam nas entrelinhas a certeza de que o acesso a um salário decente compatível com nossas necessidades é imprescindível. No sistema capitalista de produção, inventamos necessidades muitas vezes supérfluas, mas, necessidades básicas como moradia, alimentação, saúde, segurança, educação e lazer são essenciais aos seres humanos.

Essas necessidades podem ser satisfeitas através da renda, quando a distribuição de renda for igualitária, muitos problemas dos seres humanos serão resolvidos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como um de seus objetivos estudar a presença dos trabalhadores de Campo Mourão, no espaço urbano levando em conta as condições dessa presença: moradia, renda e educação. O que se detectou foram traços de pobreza e exclusão sócio-espacial, mesmo para os trabalhadores do setor formal.

Muitos desses trabalhadores, em razão da renda que têm acesso, moram em bairros periféricos como Lar Paraná, Paulino, Pio XII. A questão da moradia tem trazido preocupações para inúmeros indivíduos, principalmente pela precariedade com que vivem. No mundo inúmeros indivíduos convivem com esse grave problema. A falta de renda é uma das principais responsáveis para que tenhamos acesso a moradia decente.

A educação e renda em Campo Mourão, foram analisadas através de dados do Projeto Campo Mourão Estuda, e são importantes para serem comparadas com outras cidades onde as realidades poderão ser bem distintas.

A primeira impressão que se tem ao saber que um indivíduo estudou o ensino superior, e se tiver um trabalho, é que seu salário é pelo menos compatível com suas necessidades mais elementares. É inconcebível estudar, e não ser reconhecido através de um excelente salário.

No caso específico de Campo Mourão, constatamos, que um enorme contingente de trabalhadores não tem um salário condizente com seu grau de escolaridade por que isso ocorre?

Será a educação uma prioridade nacional?

Todos os setores concordam ser a educação importante para o futuro do país, a educação concordam inúmeros organismos nacionais e internacionais, é um dos mais importantes caminhos para a superação das condições desiguais que o mundo inteiro vive.

É inconcebível falar em mudar de vida, passar de um extrato à outro da sociedade, sem ter acesso à uma educação de qualidade por que não basta estudar, dizem alguns, o que importa é ser o melhor e apenas o melhor terá chances de competir.

Conforme já exposto, em Campo Mourão, observamos que muitos trabalhadores não têm conseguido alcançar maiores salários, mesmo depois do ensino superior.

Concordamos ser a educação, um dos mais eficazes trampolim para a reversão das condições sociais. O que ocorre é que em razão do sistema no qual estamos inseridos, a busca por maiores lucros tem permeado as relações entre patrões e empregados.

O dono dos meios de produção não têm tido interesse que seu empregado tenha ou não acesso a uma vida melhor, uma das características do sistema capitalista de produção, onde a individualidade é mais importante.

Estamos vivenciando um tempo em que se a renda continuar a ficar em mãos de poucos, a violência pode aumentar a níveis ainda maiores. O Brasil é uma das economias mundiais mais concentradas, e não estamos sabendo como resolver a situação.

Em cidades de todos os portes tem se multiplicado a violência. Campo Mourão, como afirmado anteriormente convive com uma violência desenfreada, segundo a Delegacia de Campo Mourão contabilizou para 2005 mais de 50 mortes por assassinato, em 2006 já são 12 mortes.

Estes problemas podem ser atribuídos a falta de renda ou a uma massa salarial que não condiz com as reais necessidades dos trabalhadores. Trabalhando com o projeto Campo Mourão Estuda, não se conseguiu chegar a um consenso. Os donos do negócio da cidade não têm intenções de fazer com que a vida do trabalhador seja transformada, seu objetivo principal é fazer com que seus lucros aumentem através de um trabalhador melhor qualificado.

Ouvi de muitos empresários, que só o que lhe importava era que seu empregado tirasse proveito de sua ida à escola, sendo que o lucro seria revertido ao seu favor. Alegam que seus funcionários ganham mal porque não estudaram. O que não podemos constatar é se a partir de então terão acesso a um maior rendimento. O que podemos informar é que antes da inserção no projeto muitos, mesmo com o ensino superior não tinham salário condizente com seu grau de escolaridade.

Enquanto o capital for mais importante do que as reais necessidades do ser humano, muitos trabalhadores não terão um salário que permita que vivam com dignidade.

REFERÊNCIAS

- AZEREDO, Beatriz. Políticas públicas de geração de emprego no Brasil: Limites e possibilidades. In: OLIVEIRA, Marcos Antônio de (Org.). *Reforma do estado e políticas de emprego no Brasil*. Campinas, SP: Unicamp, 1998.
- CARLEIAL, Liana M. da Frota. A questão regional no Brasil Contemporâneo. In: LAVINAS, Lena et al. *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- CARLEIAL, Liana M. da Frota. Mudanças no trabalho e implicações sobre a mensuração da produtividade: uma primeira aproximação. In: GARCIA, Maria de Fátima. *Tecnologia e trabalho no capitalismo em mudança*. Maringá: Textual, 2000.
- CASIMIRO, Liana Maria C. de. *Acumulação capitalista, emprego e crise: um estudo de caso*. São Paulo: IE: USP, 1986. (Série ensaios Econômicos).
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTRO, Carolina Maria Pozzi de. *O Estatuto da Cidade e Ampliação do Acesso à moradia*. In: BRAGA, Roberto; CARVALHO, Pompeu Figueiredo de. *Estatuto da cidade: política urbana e cidadania*. Rio Claro: Laboratório de Planejamento Municipal; Deplan; Unesp; IGCE, 2000.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1995.
- COSTA, Luciano de Souza. Da gênese à crise do desemprego In: GARCIA, Maria de Fátima., KATZ, Frederico Jaime. (Org.). *Emprego e trabalho: uma visão multidisciplinar*. Maringá: PME-UEM, 2004.
- DEDECCA, Cláudio Salvadori. Emprego e qualificação no Brasil. In: OLIVEIRA, Marcos Antônio de (Org.). *Reforma do estado e políticas de emprego no Brasil*, Campinas, SP: Unicamp; IE, 1998.
- DEDECCA, Cláudio Salvadori. *Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado*. Campinas, SP: Unicamp; IE, 1999.

EID, Farid; GALLO, Ana Rita; PIMENTEL, Andréa Eloísa Bueno. Desemprego, exclusão e desafios para o desenvolvimento da economia solidária no Brasil. *Revista da ABET*, [s.l.], ano 1, n. 1, 2005.

FRANCO, Maria Ciavatta. Formação profissional para o trabalho incerto: um estudo comparativo Brasil, México e Itália In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 2002.

FOGAÇA, Azuete. A educação e a reestruturação produtiva no Brasil. In: OLIVEIRA, Marcos Antônio de (Org.). *Reforma do estado e políticas de emprego no Brasil*. Campinas, SP: Unicamp: IE, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (Re) exame das relações entre educação e estrutura econômica social e capitalista*. São Paulo: Cortez, 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, Horieste. *A produção do espaço geográfico no capitalismo*. São Paulo: Contexto, 1990. (Coleção Repensando a Geografia).

HENRIQUE, Wilnês. Crise econômica e ajuste social no Brasil In: OLIVEIRA, Marcos Antônio de (Org.). *Reforma do estado e políticas de emprego no Brasil*. Campinas, SP: Unicamp: IE, 1998.

HESPANHOL, Antônio Nivaldo. A formação sócio-espacial da região de Campo Mourão e dos municípios de Ubatuba, Campina da Lagoa e Nova Cantu-PR. *Boletim de Geografia*, Maringá, 1993.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico. 2000. Disponível em: <<http://www.Ibge.gov.br>>. Acesso em: 23 mar. 2005.

IPARDES. *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal IDH-M 2000: anotações sobre o desempenho do Paraná*. Curitiba, 2003.

IPARDES. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais*: Sul. Brasília, DF, 2000.

KOGA, Dirce. *Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo: Cortez, 2003.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KOGA, Dirce. *Medidas de cidades: entre territórios de e territórios vividos*. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. Lei Complementar nº 003 de 29 de dezembro de 1995 que institui o Plano Diretor de Campo Mourão. *Diário Oficial*, Brasília, DF, n 267, 30 dez. 1995.

LOYOLA, Sônia. *A automação da fábrica: as transformações das relações de trabalho*. Curitiba: Ed. do autor, 1999.

MAACK, Reinhard. *Geografia física do estado do Paraná*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

MARICATO, Ermínia. *As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias* In: ARANTES, O., VEINER, C.; MARICATO, E. (Org.). *A cidade do pensamento único-desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-191.

MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. *O processo de produção do capital*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. Livro 1, v. 2.

MASSOQUIM, Nair. *Formação e desenvolvimento da pequena propriedade familiar no município de Assis Chateaubriand*. 1999. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)-UFSCAR, Universidade de São Carlos, São Carlos, 1999.

MASSOQUIM, Nair Glória; ANDRADE, Áurea Viana de. Influência de elementos meteorológicos e interferência de fenômenos climáticos na agricultura do Município de Campo Mourão – 1986 a 2002. In: SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, FECILCAM, 3., 2002. *Anais...* Campo Mourão: [s.n.], 2002.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2005. Disponível em: <www. Cidades.Gov. Br>. Acesso em: 20 ago. 2005.

MOURA, Rosa; ULTRAMARI, Clóvis. *Metrópole: grande Curitiba: teoria e prática*. Curitiba: Iparde, 1994.

MORO, Dalton Áureo. Desenvolvimento econômico e dinâmica da população no Paraná contemporâneo. *Boletim de Geografia*, Maringá, ano 16, n. 1, 1998.

NAKASHIMA, Paulo; NÓBREGA, Maria Teresa de. Solos do terceiro Planalto do Paraná-Brasil. In: ENCONTRO GEOTÉCNICO DO TERCEIRO PLANALTO PARANAENSE. ENGEOPAR., 1, 2003, Maringá. *Anais...* Maringá: [s.n.], 2003.

NUNES, Sônia Aparecida; COSTA, Fábio Rodrigues da. *As transformações no âmbito do trabalho*. SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA da FECILCAM, 2., 2001, Campo Mourão. *Anais...* Campo Mourão: [s.n.], 2001.

OLIVEIRA, Ramon de. *A teoria do capital humano e a educação profissional brasileira*. 2005. Disponível em: <www. Senac. Br/ informativo>. Acesso em: 19 maio 2005.

PASTORE, José. *O desemprego tem cura?* São Paulo: Makron Books, 1998.

PELIANO, Anna Maria Medeiros; BEGHIN, Nathalie. O inacessível pão de cada dia. *Ciência Hoje*, [s.l.], v. 17, n.100, maio/jun. 1994.

PINTO, Sueli de Souza. *Transformações na Estrutura Fundiária de Campo Mourão a partir dos anos 70*. 1990. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização)-Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, Campo Mourão, 1990.

POCHMAN, Márcio. Nova Política de Inclusão Socioeconômica. *Revista de Economia Mackenzie*, São Paulo, ano 1, n. 1, 2003.

POCHMAN, Márcio. Quadros, Waldir. Transformações recentes no padrão de emprego regular urbano: uma síntese do panorama nacional e regional. *Revista Paranaense de Desenvolvimento-Economia, Estado, Sociedade*, Curitiba, n. 90, jan./abr. 1997.

REVOLUÇÃO pela educação a Coréia fez o Brasil também pode fazer. *Revista Veja*, São Paulo, ano 38, n. 7, fev. 2005.

RIBEIRO, Edna. A proliferação de favelas: o caso da favela São Francisco de Assis na cidade de Campo Mourão. In: SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FECILCAM, 3., 2002. *Anais...* Campo Mourão: [s.n.], 2002.

RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron Books, 1995.

ROCHA, Sônia. Renda e pobreza nas metrópoles brasileiras. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos.(Org.). *O futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. *Manual de geografia urbana*. São Paulo: Hucitec, 1989.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Nobel, 1998.

SINGER, Paul. *A formação da classe operária*. São Paulo: Atual; Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1987.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SILVA, José Borzachiolo da. *O estatuto da cidade e a reforma urbana no Brasil*. São Paulo: Geosp Espaço e Tempo, n. 10, 2001.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Capitalismo e urbanização*. São Paulo: Contexto, 2001.

SORIANO, Sara Mônica Pitot de. *Expropriação e violência: a luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra (Campo Mourão: 1946-1964)*. 2002. Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

SOUZA, Adalberto Dias. A realidade da micro pequena e média empresa na comunidade de municípios da região de Campo Mourão. SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FECILCAM., 3, 2002, Campo Mourão. *Anais...* Campo Mourão: [s.n.], 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TASCHNER, Suzana Pasternak. Degradação ambiental em favelas de São Paulo. In: TORRES, Haroldo, COSTA, Heloísa. (Org.). *População e meio ambiente*. São Paulo: SENAC, 2002. p. 271-297.

TIRIBA, Lia Vargas. *Economia popular e produção de uma cultura do trabalho: contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado*. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 1998.

TONELLA, Celene. Gestão urbana e políticas de habitação em localidades de porte médio no Paraná. *Boletim de Geografia*, Maringá, ano 20, n. 2, 2002.

VEIGA, Pedro da. *Campo Mourão Centro do Progresso*. Maringá: Bertoni, 1999.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo: Stúdio Nobel: Fapesp: Lincoln Institute, 1998.

N972 Nunes, Sônia Aparecida
Precarização do trabalho e exclusão sócio-espacial
em Campo Mourão / Sônia Aparecida Nunes. -- Maringá
: [s.n.], 2006.
112 f. : il. color., tabs.

Orientador : Prof. Dra. Celene Tonella.
Dissertação (mestrado) - Departamento de
Geografia. Universidade Estadual de Maringá, 2006.

1. Exclusão social. 2. Baixos salários. 3. Grau
de escolaridade. 4. Renda I. Título.

CDD301